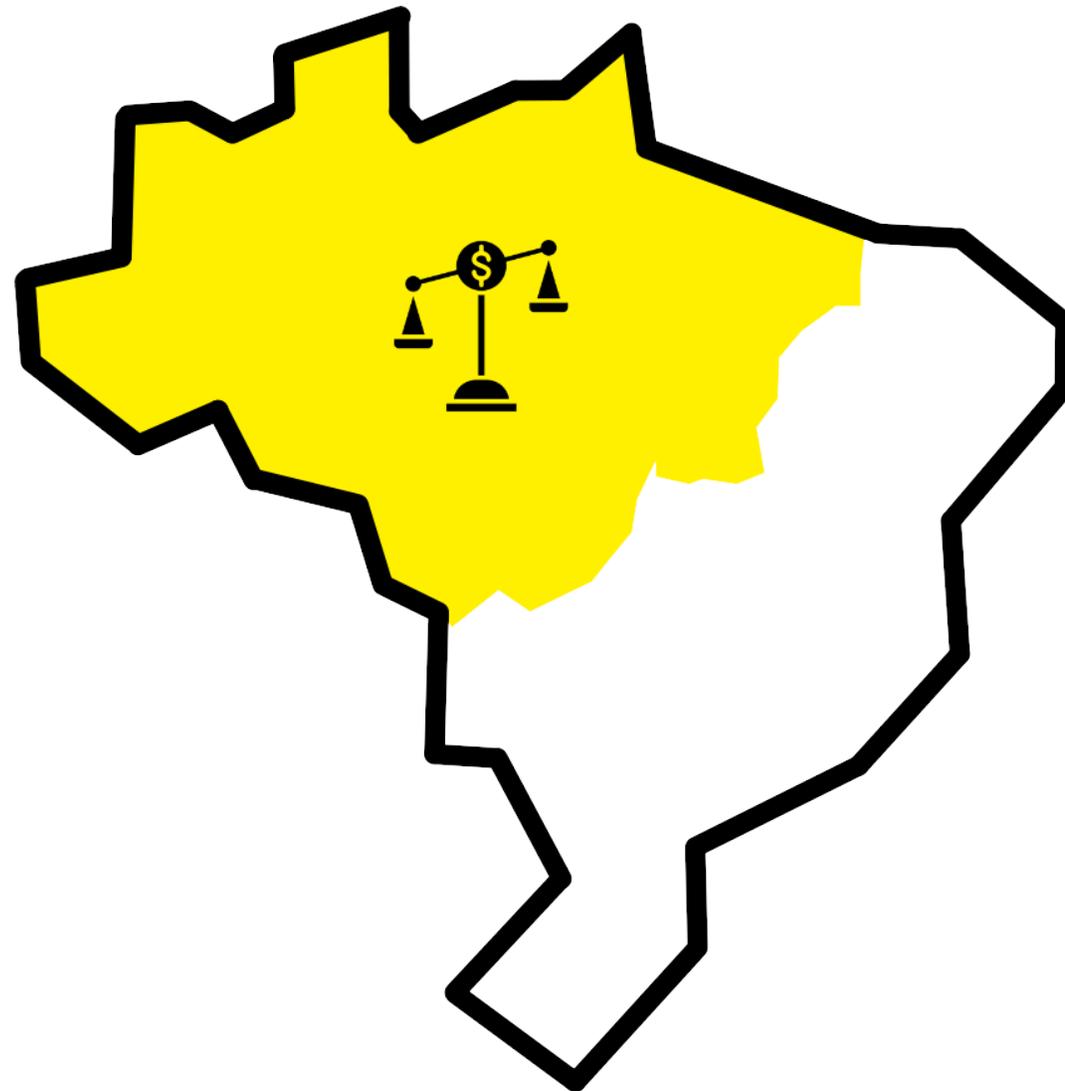


**JUSTIÇA E
ORÇAMENTO
NA AMAZÔNIA
LEGAL EM 2022**



 JUSTA



Clique no ícone para voltar a este índice

ÍNDICE RESPONSIVO



SUMÁRIO EXECUTIVO



ORÇAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA AMAZÔNIA LEGAL



SISTEMA DE JUSTIÇA E DADOS ORÇAMENTÁRIOS DOS ESTADOS



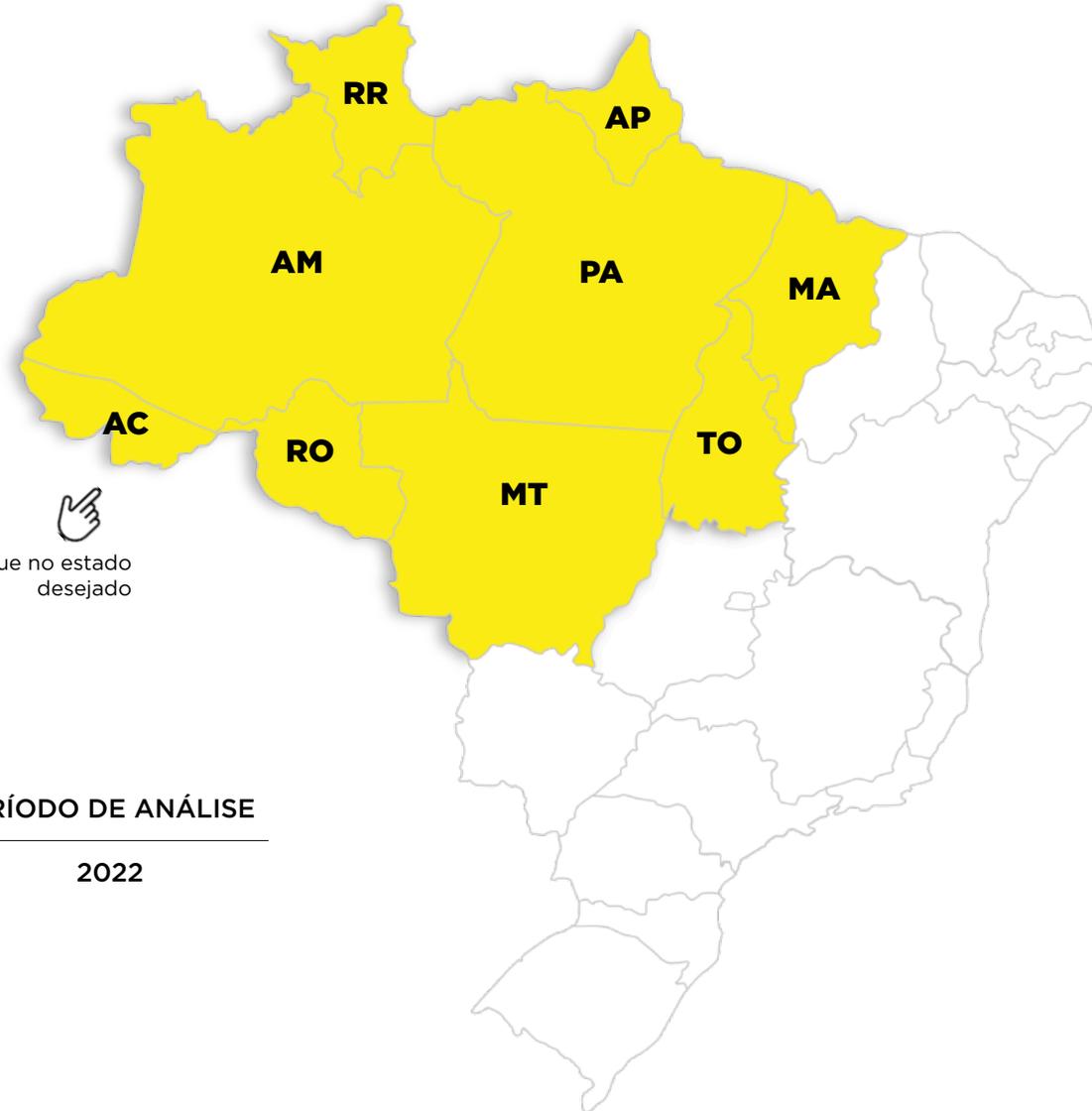
METODOLOGIA



MATERIAL DE APOIO

COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO ESTADUAL
FONTE DE DADOS
FICHA TÉCNICA

ESTADOS PESQUISADOS



PERÍODO DE ANÁLISE

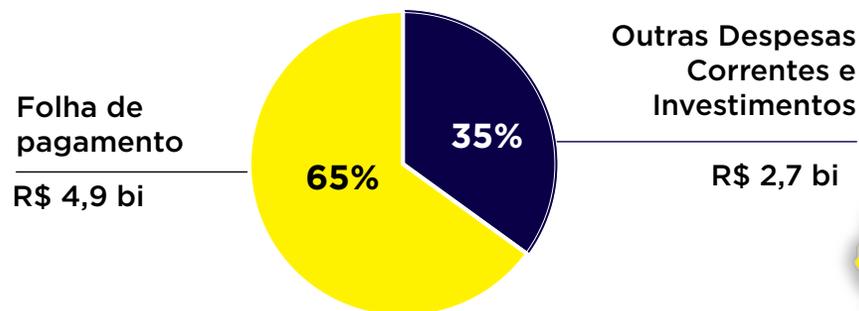
2022

SUMÁRIO EXECUTIVO



COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DOS TJs, MPs e DPs

A soma dos orçamentos das instituições do sistema de justiça analisados mostra que o maior gasto é com as folhas de pagamento



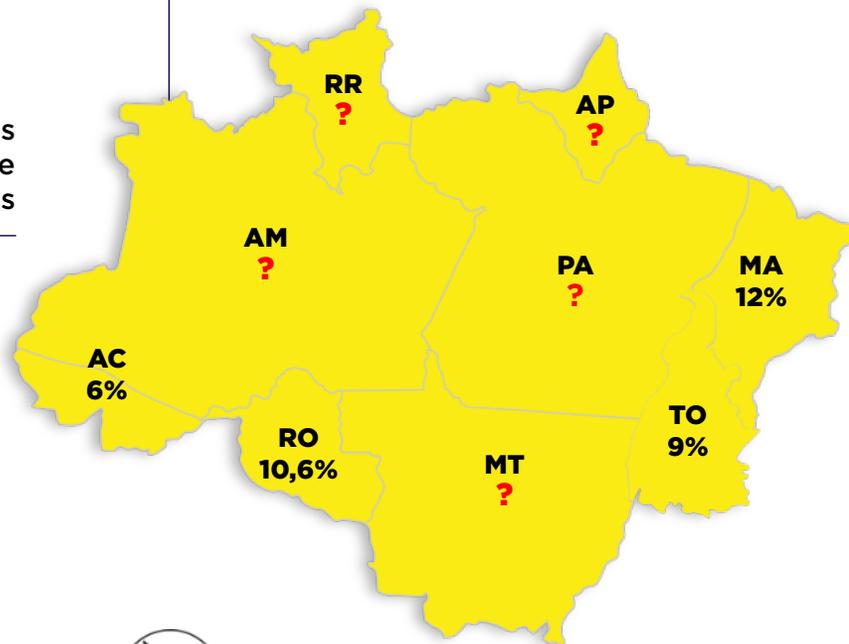
i

Analisamos **4** estados que disponibilizaram dados completos via Portal da Transparência e via Lei de Acesso à Informação

? **4** estados não foram analisados por falta de dados: AM, AP, MT e RR

O **Pará** disponibilizou dados completos apenas do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública

CONFIRA O PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DOS ESTADOS GASTO COM O SISTEMA DE JUSTIÇA



NO PARÁ E EM RONDÔNIA, ALÉM DO GOVERNADOR, AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA PODEM ABRIR OS PRÓPRIOS CRÉDITOS ADICIONAIS SEM PASSAR PELO LEGISLATIVO

R\$ 873 mi

É a soma do valor recebido pelas instituições de justiça dos estados do Acre, Maranhão, Rondônia e Tocantins em **créditos adicionais**, remanejamentos orçamentários **não autorizados pelo Legislativo**

R\$ 471 mi

Foi o valor recebido pelo TJ do Maranhão em **créditos adicionais**

Os **Ministérios Públicos** dos estados analisados também reforçaram suas **folhas de pagamento com R\$ 185 milhões em créditos adicionais**

AMAZÔNIA LEGAL E ACESSO AOS DADOS



RORAIMA

Não disponibilizou dados completos em formato de planilha, solicitados via Lei de Acesso à Informação

AMAZONAS

Não disponibilizou base de dados completa, que alimenta o Portal da Transparência do estado

ACRE

Disponibilizou dados completos via Portal da Transparência e via Lei de Acesso à Informação

RONDÔNIA

Disponibilizou dados completos via Lei de Acesso à Informação

MATO GROSSO

Não respondeu ao pedido de dados via Lei de Acesso à Informação

AMAPÁ

Não disponibilizou dados completos em formato de planilha, solicitados via Lei de Acesso à Informação

PARÁ

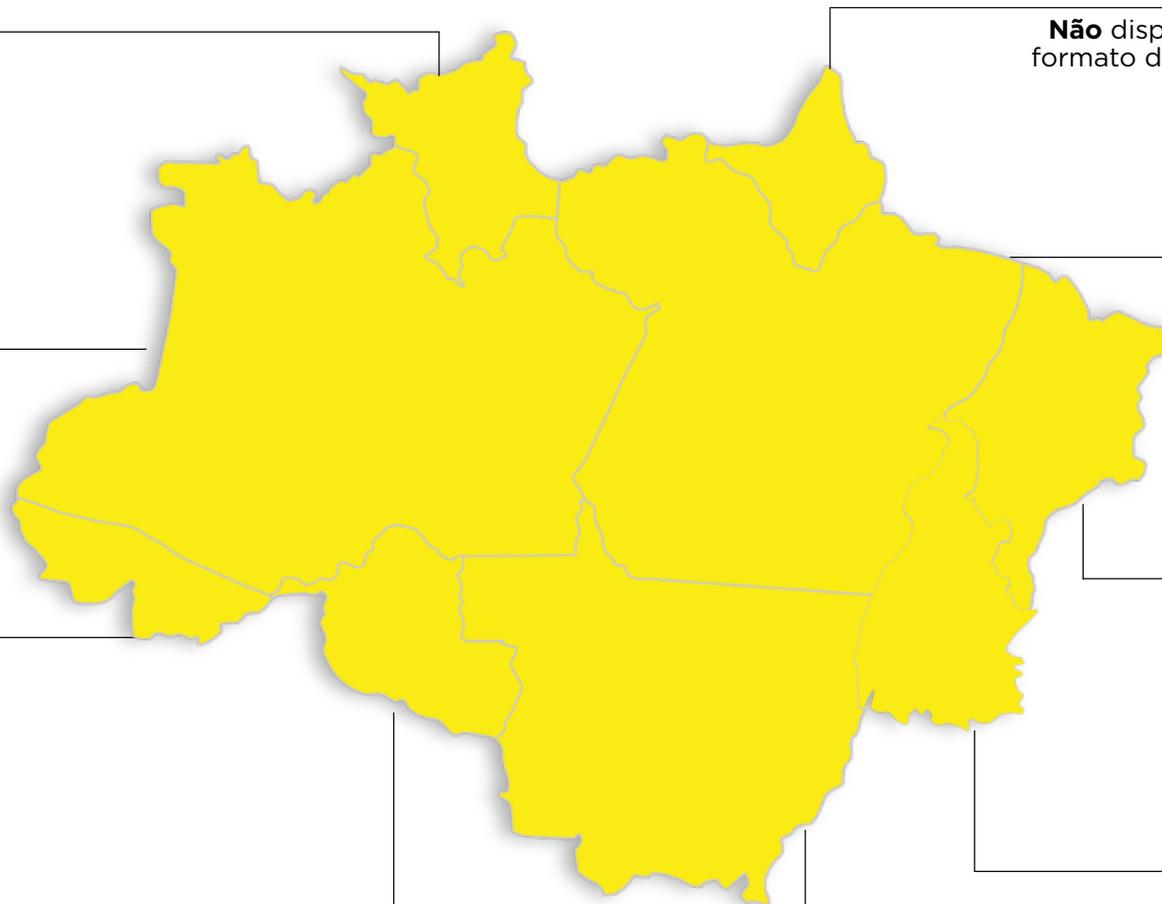
Disponibilizou os dados completos do **Tribunal de Justiça** e da **Defensoria Pública** via Portais da Transparência

MARANHÃO

Disponibilizou dados completos via Lei de Acesso à Informação

TOCANTINS

Disponibilizou dados completos via Lei de Acesso à Informação

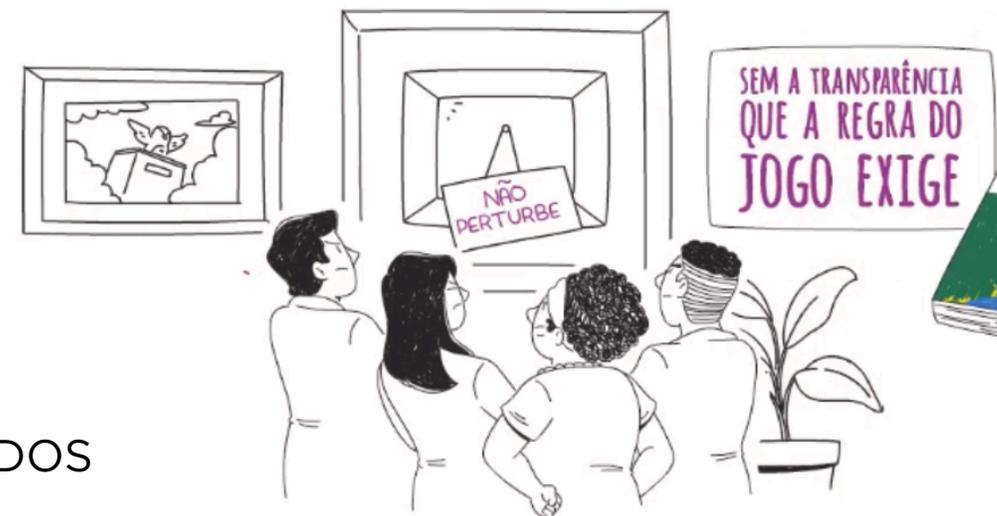




O JUSTA BUSCOU MONITORAR OS ORÇAMENTOS DOS **TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, DOS **MINISTÉRIOS PÚBLICOS** E DAS **DEFENSORIAS PÚBLICAS** NOS 9 ESTADOS ABRANGIDOS PELA AMAZÔNIA LEGAL.

NO ENTANTO, DIANTE DAS DIFICULDADES EM ACESSAR OS DADOS, APENAS OS ESTADOS DO **ACRE**, DE **RONDÔNIA**, DO **MARANHÃO** E DE **TOCANTINS** PUDEAM SER ANALISADOS.

O **PARÁ** COMPÕE TAMBÉM O ESTUDO, MAS DE FORMA PARCIAL, JÁ QUE NÃO FOI POSSÍVEL ACESSAR OS DADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO.



 NÃO FOI POSSÍVEL ACESSAR OS DADOS DOS ESTADOS DO **AMAZONAS**, DO **AMAPÁ**, DO **MATO GROSSO** E DE **RORAIMA**.



**É IMPORTANTE
OLHAR PARA O
ORÇAMENTO E
PARA O PAPEL
DO SISTEMA DE
JUSTIÇA**

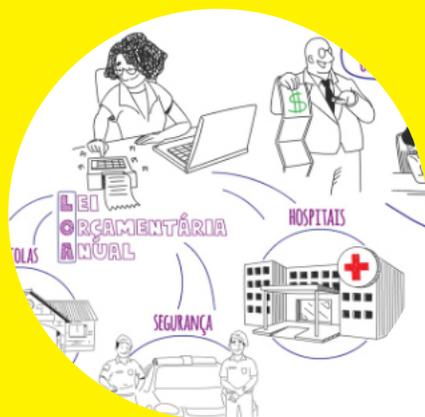
QUANDO O ESTADO NÃO FAZ SUA PARTE, É A **DEFENSORIA PÚBLICA** QUE PROCESSA O GOVERNO PARA PROTEGER OS NOSSOS DIREITOS, COMO EDUCAÇÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO

JÁ O **MINISTÉRIO PÚBLICO** DEVE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS. ELE DECIDE QUEM VAI SER PROCESSADO CRIMINALMENTE, INCLUINDO POLÍTICOS ELEITOS, COMO GOVERNADORES

E O **PODER JUDICIÁRIO** É O ÁRBITRO DO JOGO: O SEU PAPEL É RESOLVER OS CONFLITOS E DAR RAZÃO A UM LADO OU AO OUTRO, INCLUSIVE EM AÇÕES CONTRA OS GOVERNADORES E MEMBROS DOS GOVERNOS



CRÉDITOS ADICIONAIS E SISTEMA DE JUSTIÇA




Saiba mais

É a Lei Orçamentária Anual, conhecida como **LOA**, que **determina como será repartido o dinheiro público**

Ao longo do ano, os valores definidos na LOA podem ser reduzidos (contingenciados) ou aumentados (suplementados) por meio da abertura de **créditos adicionais**

esses remanejamentos deveriam ser aprovados pelo legislativo, mas...

Trechos das LOAs têm **permitido que os governos distribuam mais dinheiro do que o aprovado**, sem passar pelas assembleias legislativas

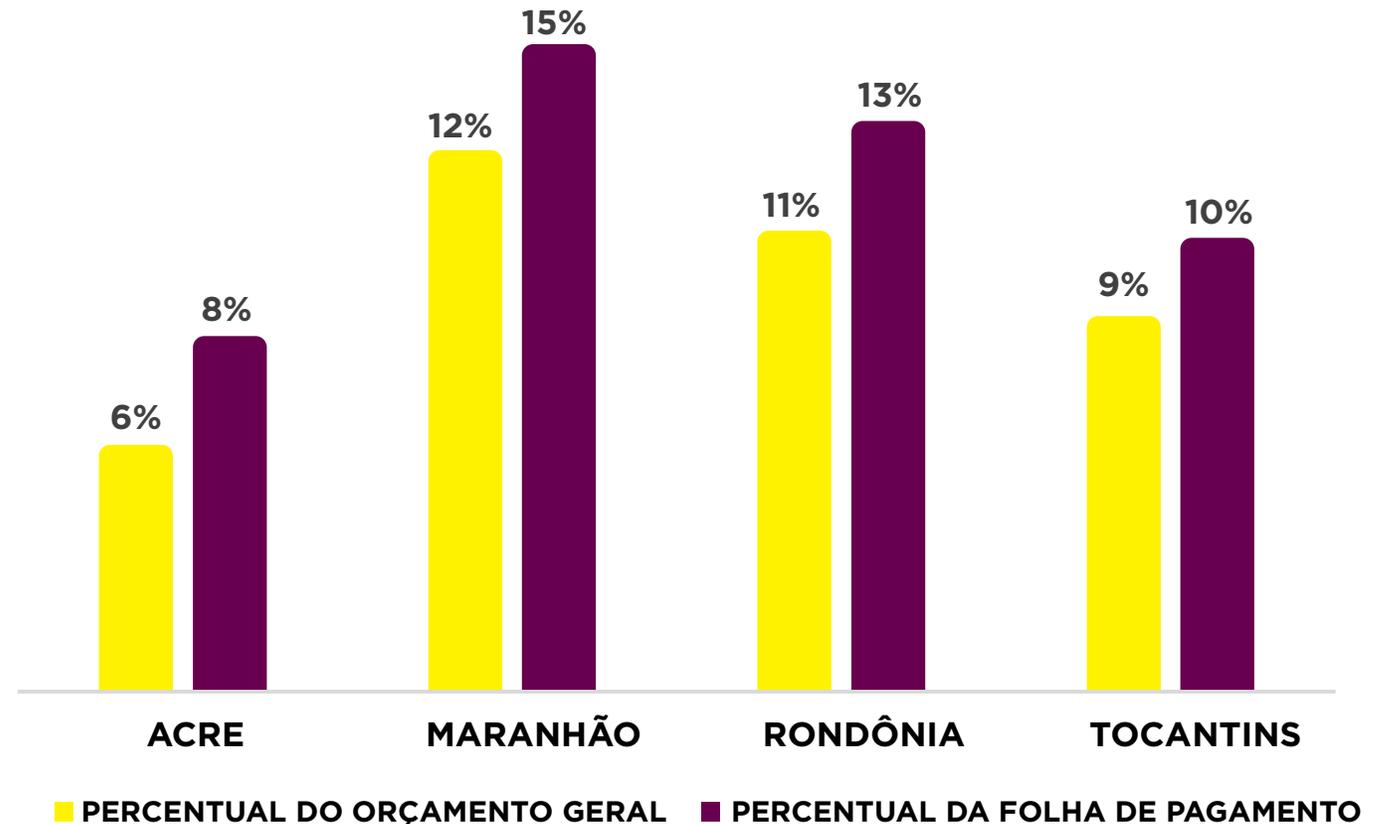
e quando esse dinheiro a mais vai para o sistema de justiça...

Na prática, o governo dá dinheiro a mais para quem deve fiscalizar e julgar abusos e omissões do próprio governo



PESO DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DE SUAS FOLHAS DE PAGAMENTO NOS ORÇAMENTOS DOS ESTADOS

Confira os percentuais que o sistema de justiça e suas folhas de pagamento representaram no orçamento dos estados



* A ausência de dados sobre o Ministério Público do Pará não permitiu calcular o percentual para o estado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação e SICONFI.

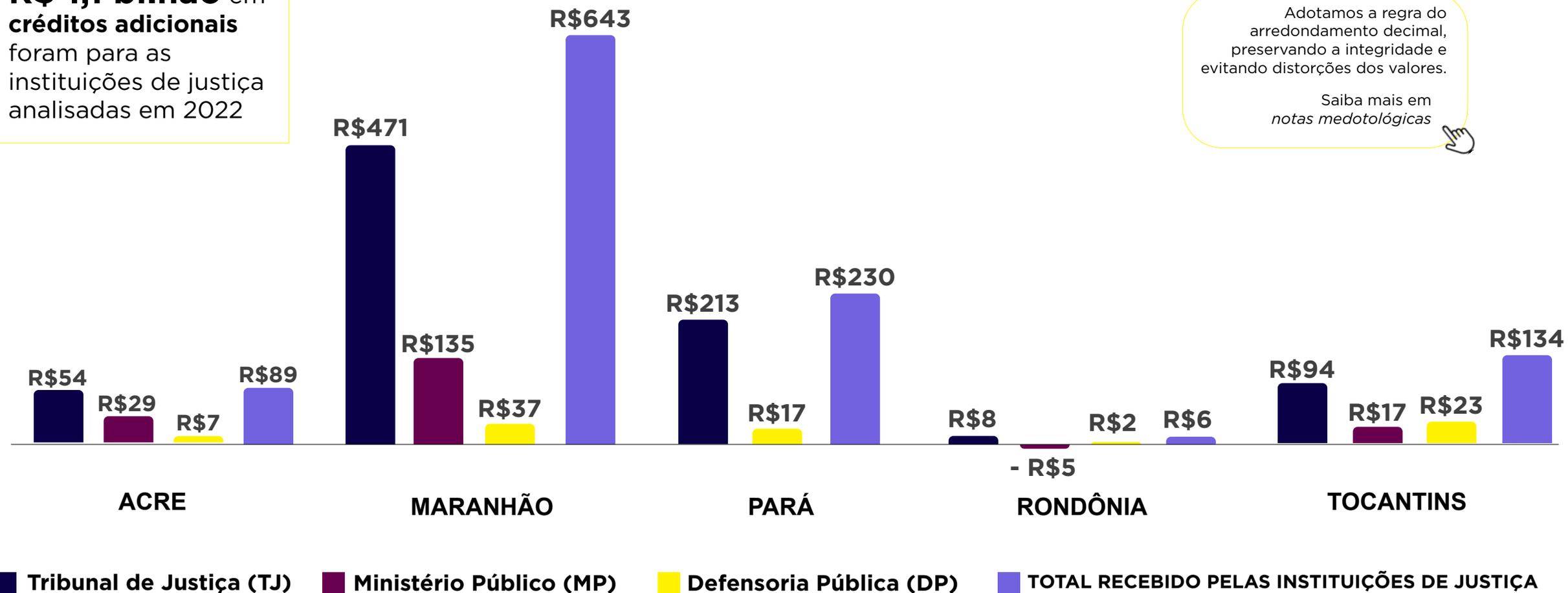


TOTAL DE CRÉDITOS ADICIONAIS PARA AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA, EM MILHÕES

R\$ 1,1 bilhão em créditos adicionais foram para as instituições de justiça analisadas em 2022

Adotamos a regra do arredondamento decimal, preservando a integridade e evitando distorções dos valores.

Saiba mais em *notas metodológicas*





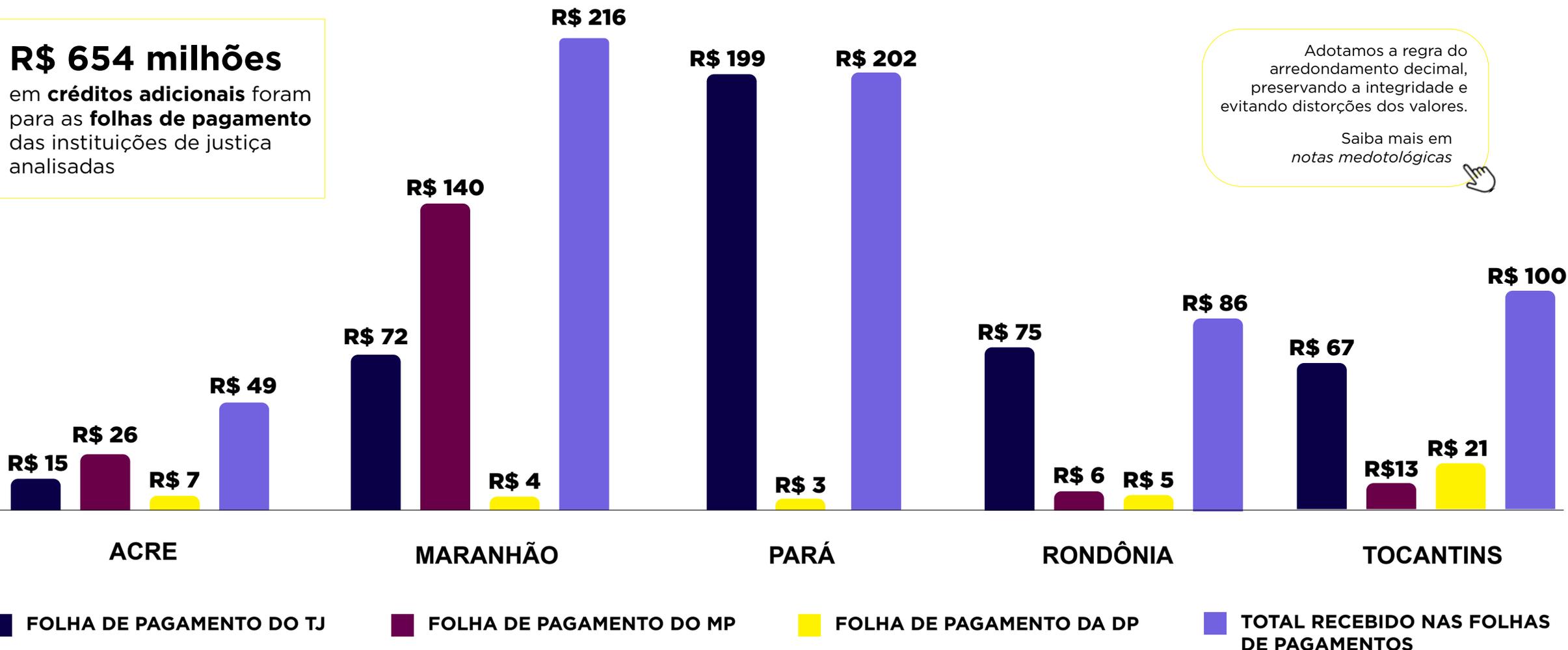
TOTAL DE CRÉDITOS ADICIONAIS PARA AS FOLHAS DE PAGAMENTO* POR INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA, EM MILHÕES

R\$ 654 milhões

em **créditos adicionais** foram para as **folhas de pagamento** das instituições de justiça analisadas

Adotamos a regra do arredondamento decimal, preservando a integridade e evitando distorções dos valores.

Saiba mais em *notas metodológicas*



* Despesas com pessoal e encargos sociais

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação, SICONFI, Portal da Transparência do Estado do Pará e Portal da Transparência do TJPA.



JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2022

ACRE



EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DO ACRE FOI DE **R\$ 9,3 BILHÕES**

24,1% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **21,6%** NO MESMO PERÍODO

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022

R\$ 319 mi



TJAC

24%
maior do
que 2021

R\$ 166 mi



MPAC

16%
maior do
que 2021

R\$ 42 mi



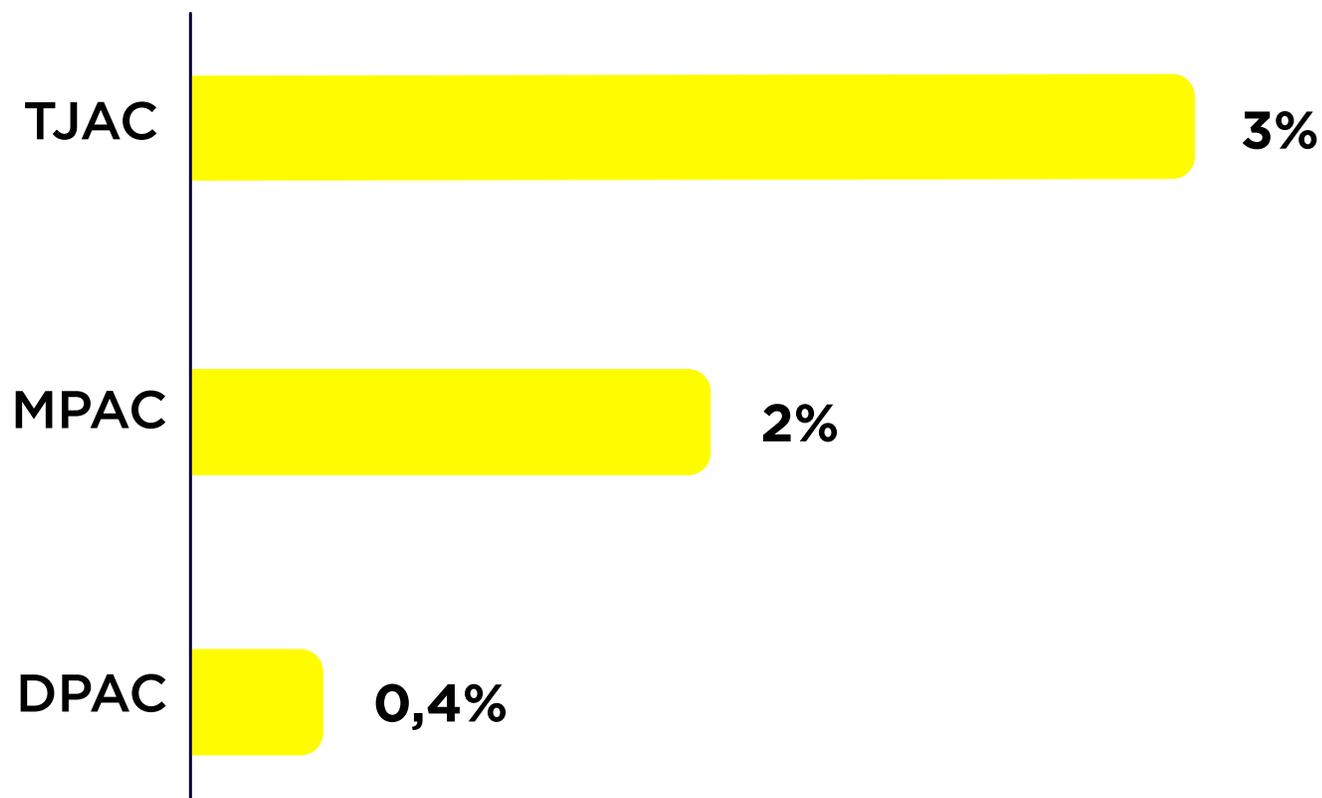
DPAC

31%
maior do
que 2021



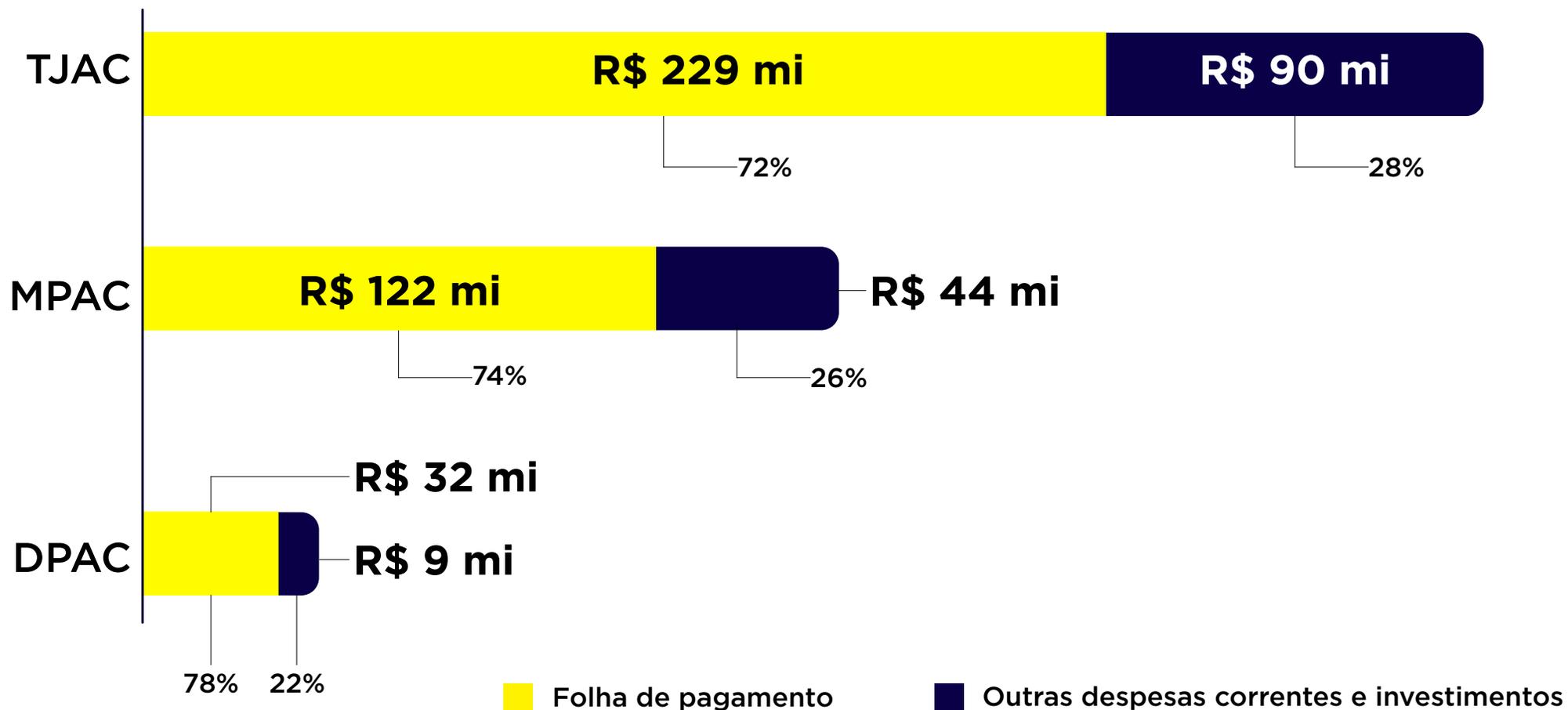
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
5,4% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

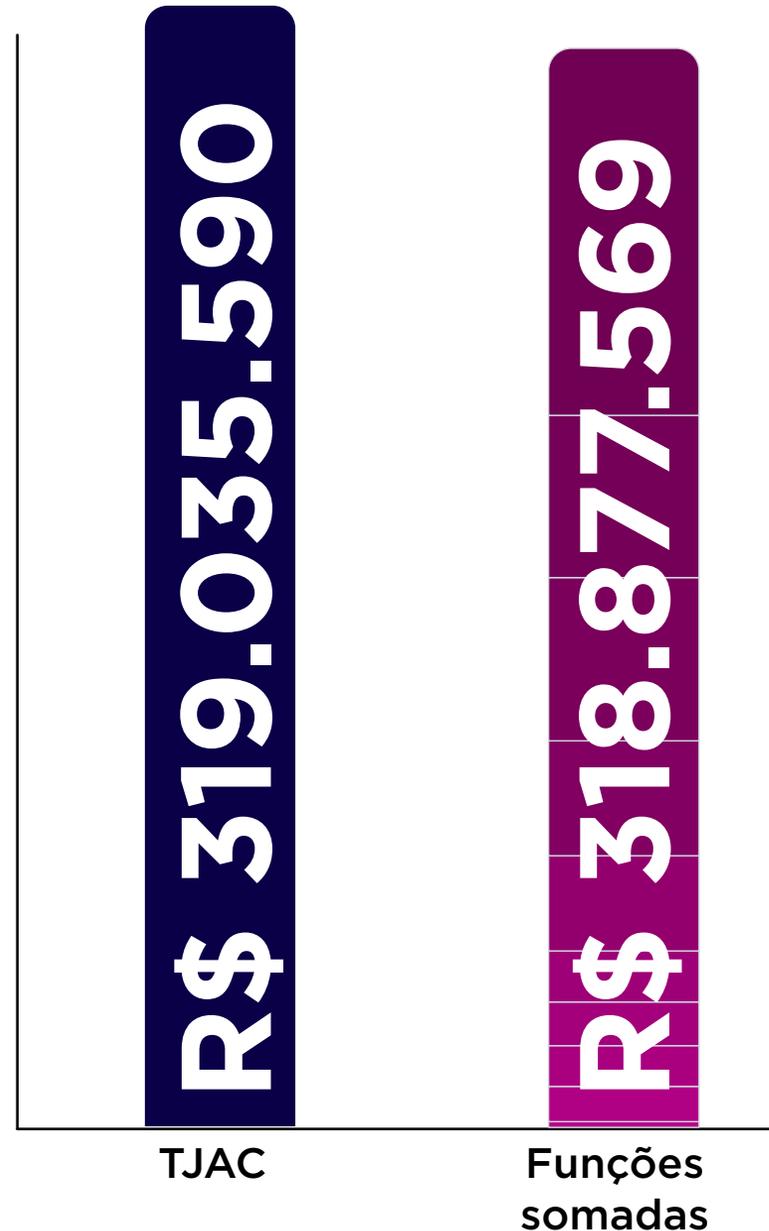
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJAC É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 10
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

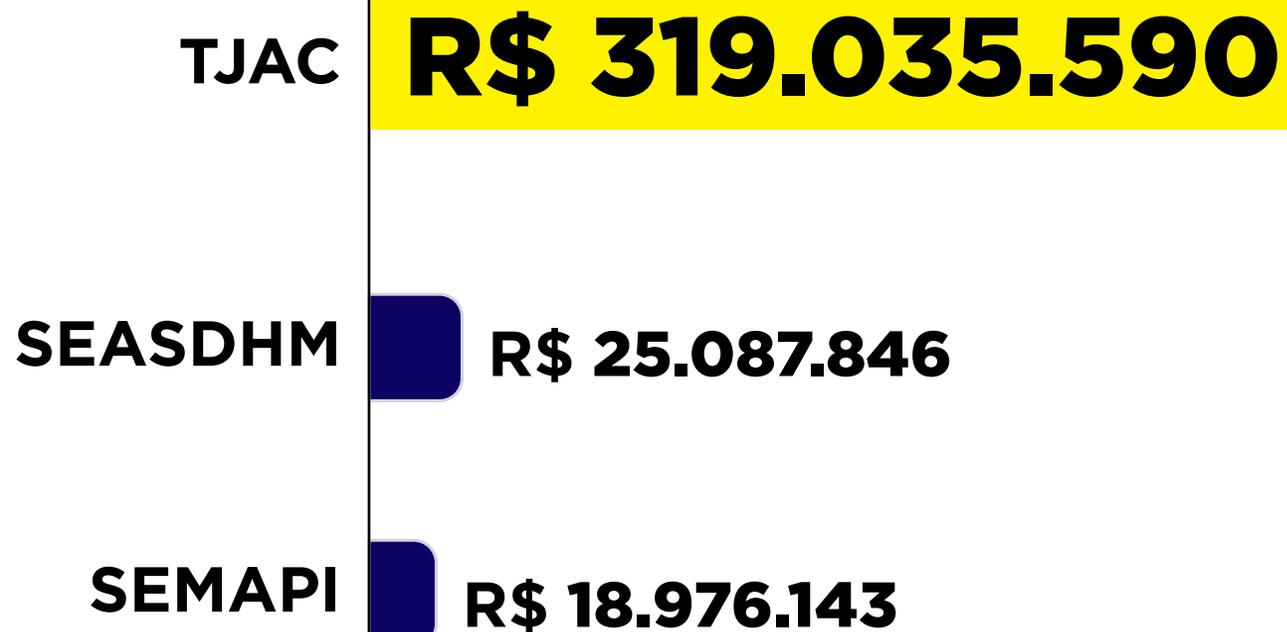
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 10
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJAC



- Saneamento | R\$ R\$ 107.010.445
- Ciência e Tecnologia | R\$ 48.560.543
- Gestão Ambiental | R\$ 48.034.771
- Assistência Social | R\$ 34.928.250
- Cultura | R\$ 28.847.802
- Desporto e Lazer | R\$ 14.903.551
- Comunicações | R\$ 13.069.922
- Comércio e Serviços | R\$ 11.978.370
- Organização Agrária | R\$ 11.434.973
- Indústria | R\$ 108.942



O ORÇAMENTO DO TJAC É **CERCA DE 7 VEZES MAIOR** DO QUE A SOMA DO ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PARA MULHERES (SEASDHM) E DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DAS POLÍTICAS INDÍGENAS (SEMAPI)





UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | ACRE

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE **ATÉ 30%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.



* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DE ACRE EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO ACRE DISTRIBUIU,
SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,
R\$ 89 MILHÕES EM CRÉDITOS ADICIONAIS
PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA.

O TJAC FICOU COM **R\$ 54 MILHÕES**, O MPAC
FICOU COM **R\$ 29 MILHÕES** E A DEFENSORIA
COM **R\$ 7 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJAC	R\$ 266 mi	R\$ 54 mi	R\$ 319 mi
MPAC	R\$ 137 mi	R\$ 29 mi	R\$ 166 mi
DPAC	R\$ 35 mi	R\$ 7 mi	R\$ 42 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO ACRE
EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO ACRE DISTRIBUIU,
SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,
R\$ 49 MILHÕES EM CRÉDITOS ADICIONAIS
PARA AS **FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA**
DE JUSTIÇA.

O TJAC FICOU COM **R\$ 15 MILHÕES**, O MPAC
FICOU COM **R\$ 26 MILHÕES** E A DEFENSORIA
COM **R\$ 7 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJAC	R\$ 213 mi	R\$ 15 mi	R\$ 229 mi
MPAC	R\$ 96 mi	R\$ 26 mi	R\$ 122 mi
DPAC	R\$ 25 mi	R\$ 7 mi	R\$ 32 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | AC

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

AGRICULTURA

O VALOR GASTO FOI

-14%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-49%

QUE O PREVISTO NA LOA

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O VALOR GASTO FOI

-5%

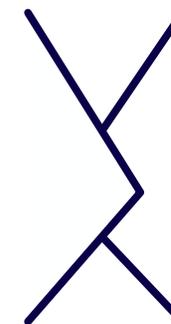
QUE O PREVISTO NA LOA

COMUNICAÇÕES

O VALOR GASTO FOI

-20%

QUE O PREVISTO NA LOA





JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2022

MARANHÃO

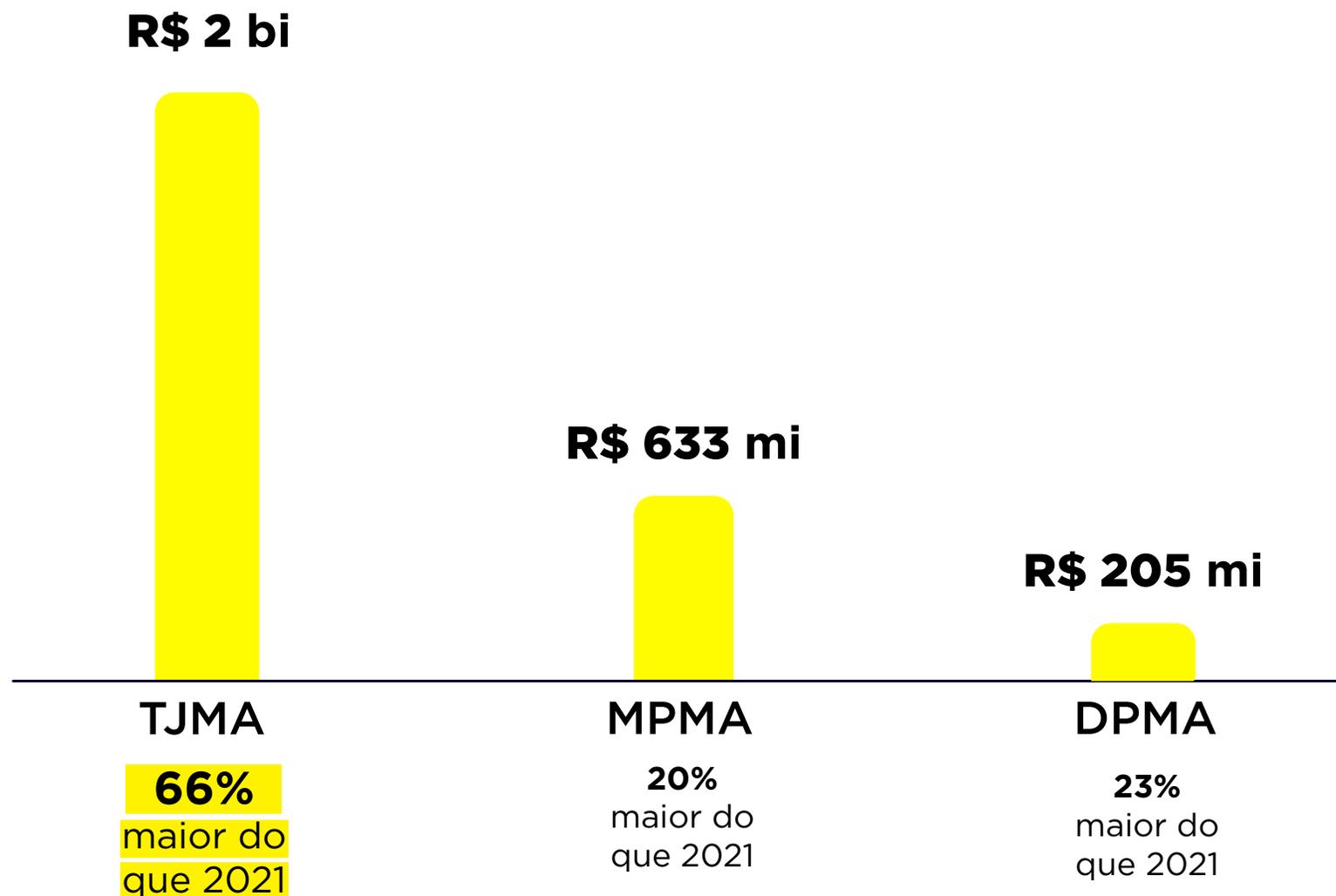


EM 2022, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DO
MARANHÃO FOI DE **R\$
22,8 BILHÕES**

13% MAIOR QUE O DE
2021

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
49,4% NO MESMO
PERÍODO

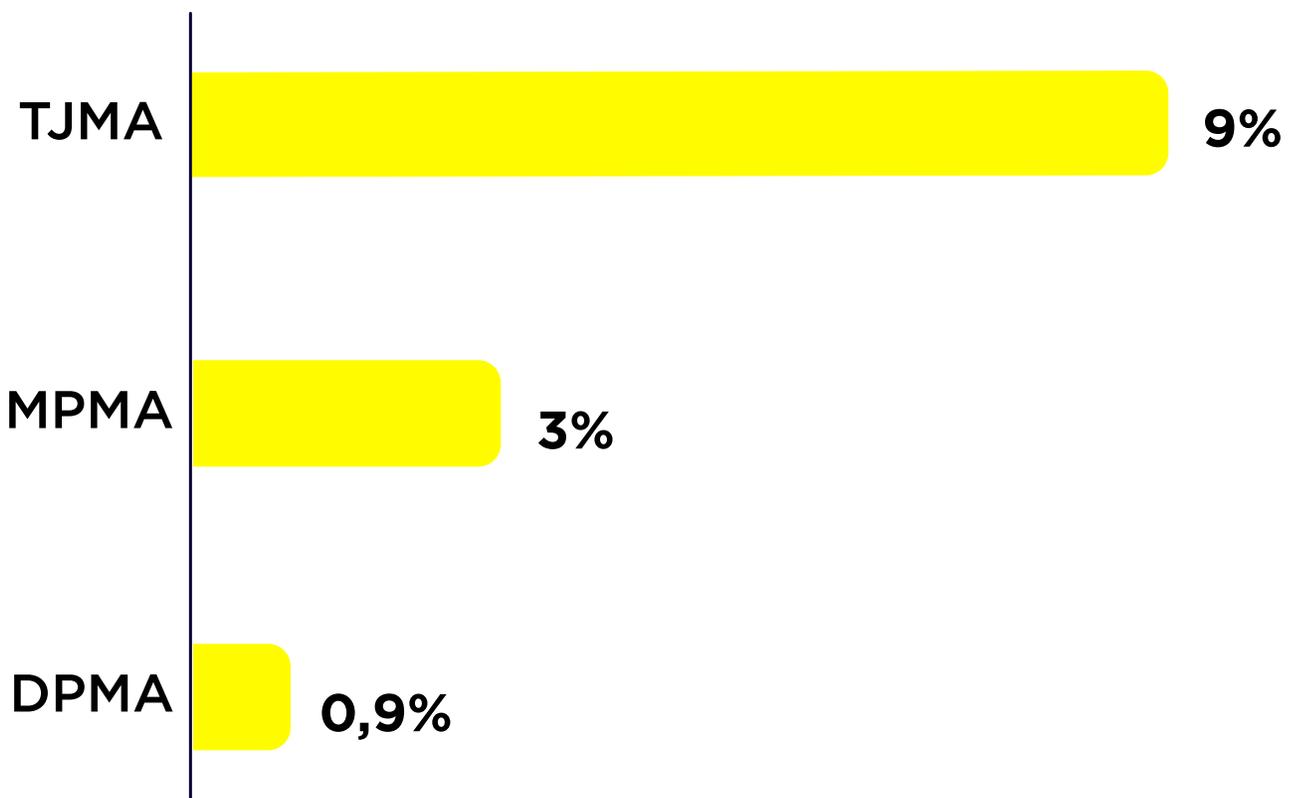
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





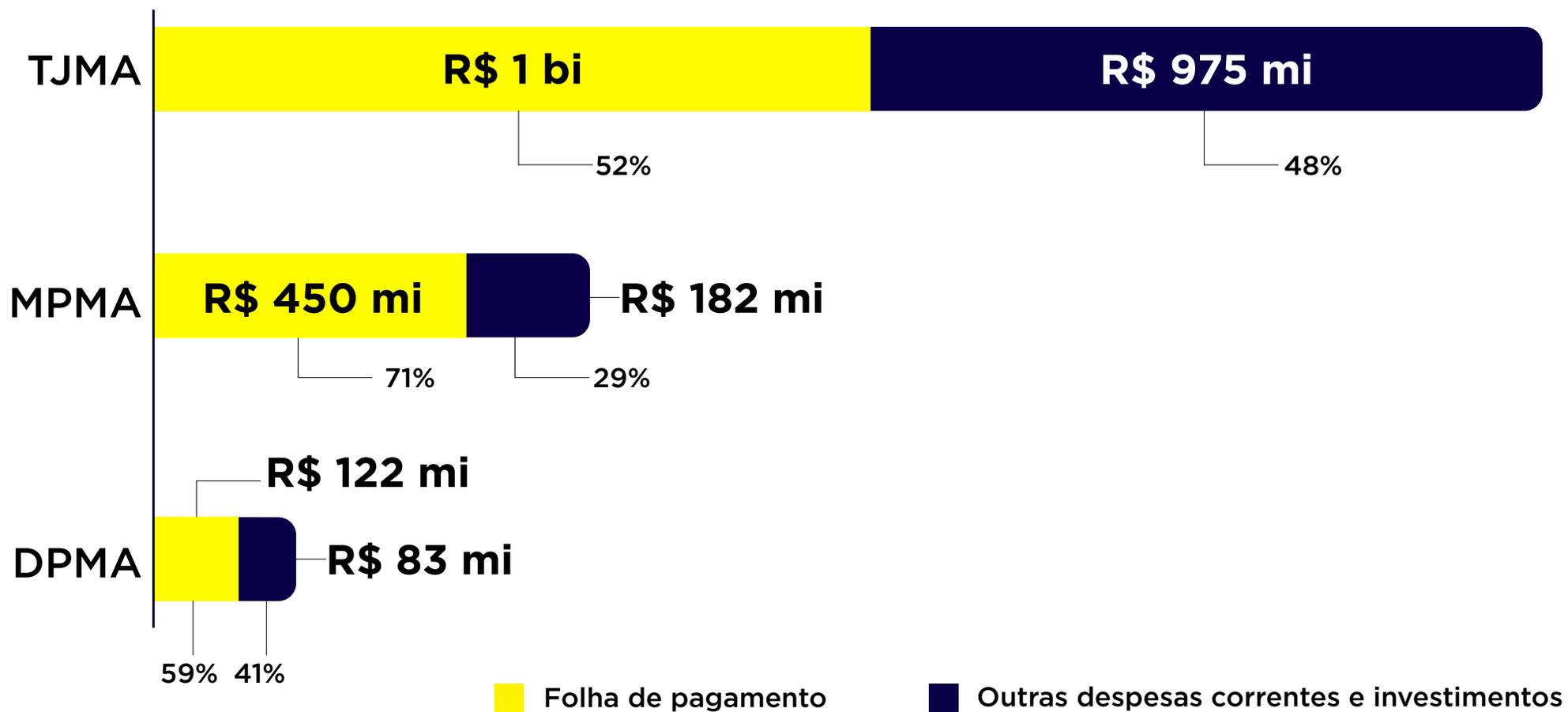
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
12,9% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

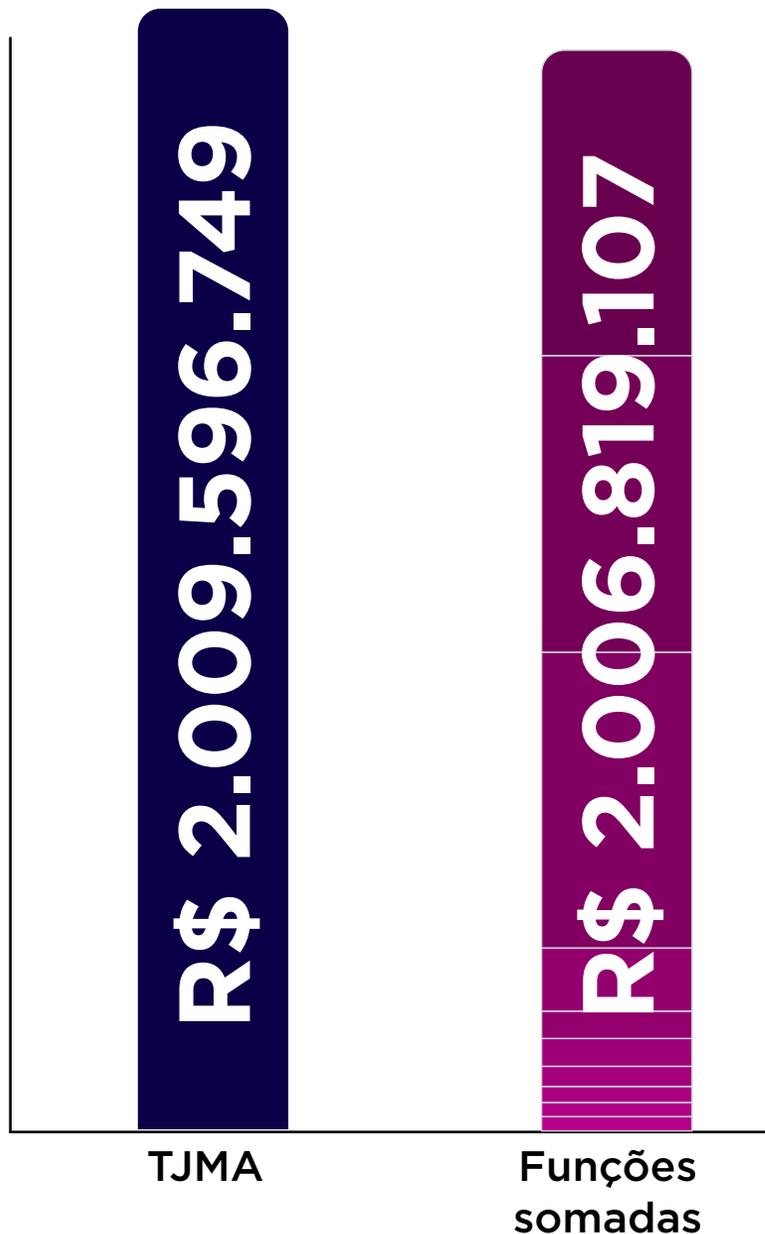
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJMA É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 10
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 10
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJMA



- Transporte | R\$ 565.989.000
- Assistência Social | R\$ 552.149.314
- Saneamento | R\$ 550.167.454
- Cultura | R\$ 119.342.032
- Gestão Ambiental | R\$ 50.861.603
- Trabalho | R\$ 50.427.710
- Comércio e Serviços | R\$ 37.672.083
- Indústria | R\$ 28.918.637
- Organização Agrária | R\$ 26.262.407
- Habitação | R\$ 25.028.866

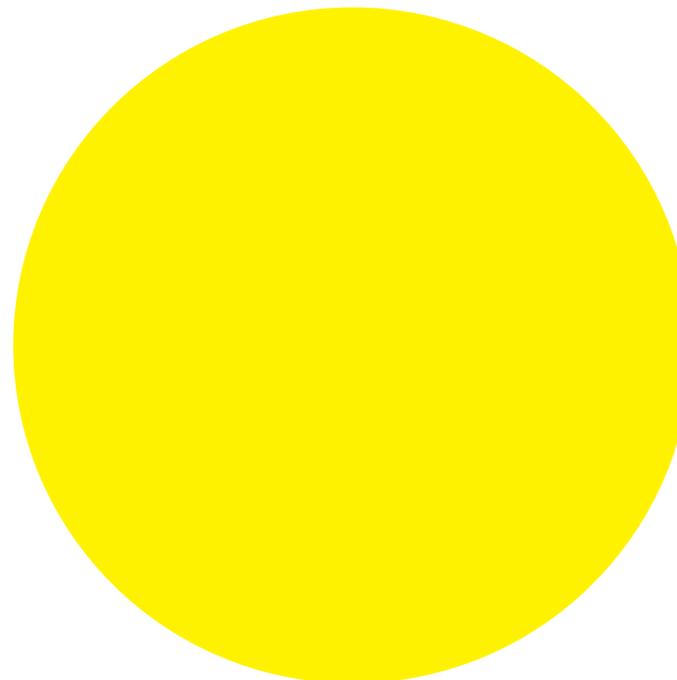


O ORÇAMENTO DO TJMA É **3 VEZES MAIOR** DO QUE O ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTADUAIS (IESs) DO MARANHÃO

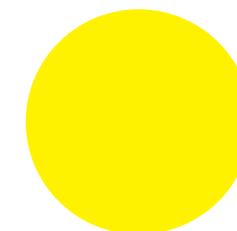
Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
R\$ 219.531.507

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
R\$ 66.869.834

Universidade Estadual do Maranhão
R\$ 374.897.869



TJMA
R\$ 2 bi



IESs somadas
R\$ 661 mi



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | MARANHÃO

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 50% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

R\$ 12 bi

ORÇAMENTO ESTADUAL 2022
R\$ 24,1 bi

50%

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DE MARANHÃO EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO MARANHÃO DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, **R\$ 643 MILHÕES** EM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA MARANHENSE.

O TJMA FICOU COM **R\$ 471 MILHÕES**, O MPMA FICOU COM **R\$ 135 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM **R\$ 37 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJMA	R\$ 1,5 bi	R\$ 471 mi	R\$ 2 bi
MPMA	R\$ 497 mi	R\$ 135 mi	R\$ 633 mi
DPMA	R\$ 168 mi	R\$ 37 mi	R\$ 205 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO
MARANHÃO EM
2022

EM 2022, O GOVERNO DO MARANHÃO
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 216 MILHÕES** EM
CRÉDITOS ADICIONAIS PARA AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** DO SISTEMA DE JUSTIÇA.

O TJMA FICOU COM **R\$ 72 MILHÕES**, O MPMA
FICOU COM **R\$ 140 MILHÕES** E A DEFENSORIA
COM **R\$ 4 MILHÕES**.



VALORES PREVISTOS
PARA FOLHA DE
PAGAMENTO NA LOA

VALORES DOS
CRÉDITOS ADICIONAIS

TOTAIS GASTOS COM
FOLHA DE PAGAMENTO

TJMA

R\$ 962 mi

R\$ 72 mi

R\$ 1,0 bi

MPMA

R\$ 310 mi

R\$ 140 mi

R\$ 450 mi

DPMA

R\$ 118 mi

R\$ 4 mi

R\$ 122 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | MA

AS FOLHAS DE
PAGAMENTO DO
SISTEMA DE JUSTIÇA
RECEBERAM MAIS
QUE O
DETERMINADO NA
LOA

EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO

NA EDUCAÇÃO
O VALOR GASTO FOI

-6%

QUE O PREVISTO NA LOA

	ORÇAMENTO PREVISTO NA LOA	VALOR EMPENHADO EM 2022	CRÉDITO ADICIONAL
FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA	R\$ 1,4 bi	R\$ 1,6 bi	R\$ 216 mi
EDUCAÇÃO	R\$ 3,9 bi	R\$ 3,7 bi	R\$ 239 mi

DEIXOU DE
GASTAR



REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | MA

O REMANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO
TAMBÉM
ACONTECEU EM
OUTRAS ÁREAS
IMPORTANTES

GESTÃO AMBIENTAL

O VALOR GASTO FOI

-32%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-39%

QUE O PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-40%

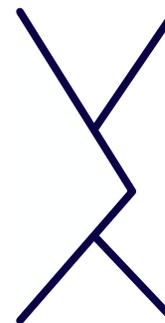
QUE O PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-38%

QUE O PREVISTO NA LOA





JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2022

PARÁ

Conheça os
dados de
2021





O Ministério Público do Pará **não disponibilizou todos os dados sobre suas despesas.**

As análises de 2022 são compostas pelos dados do **Tribunal de Justiça** e da **Defensoria Pública** paraenses.



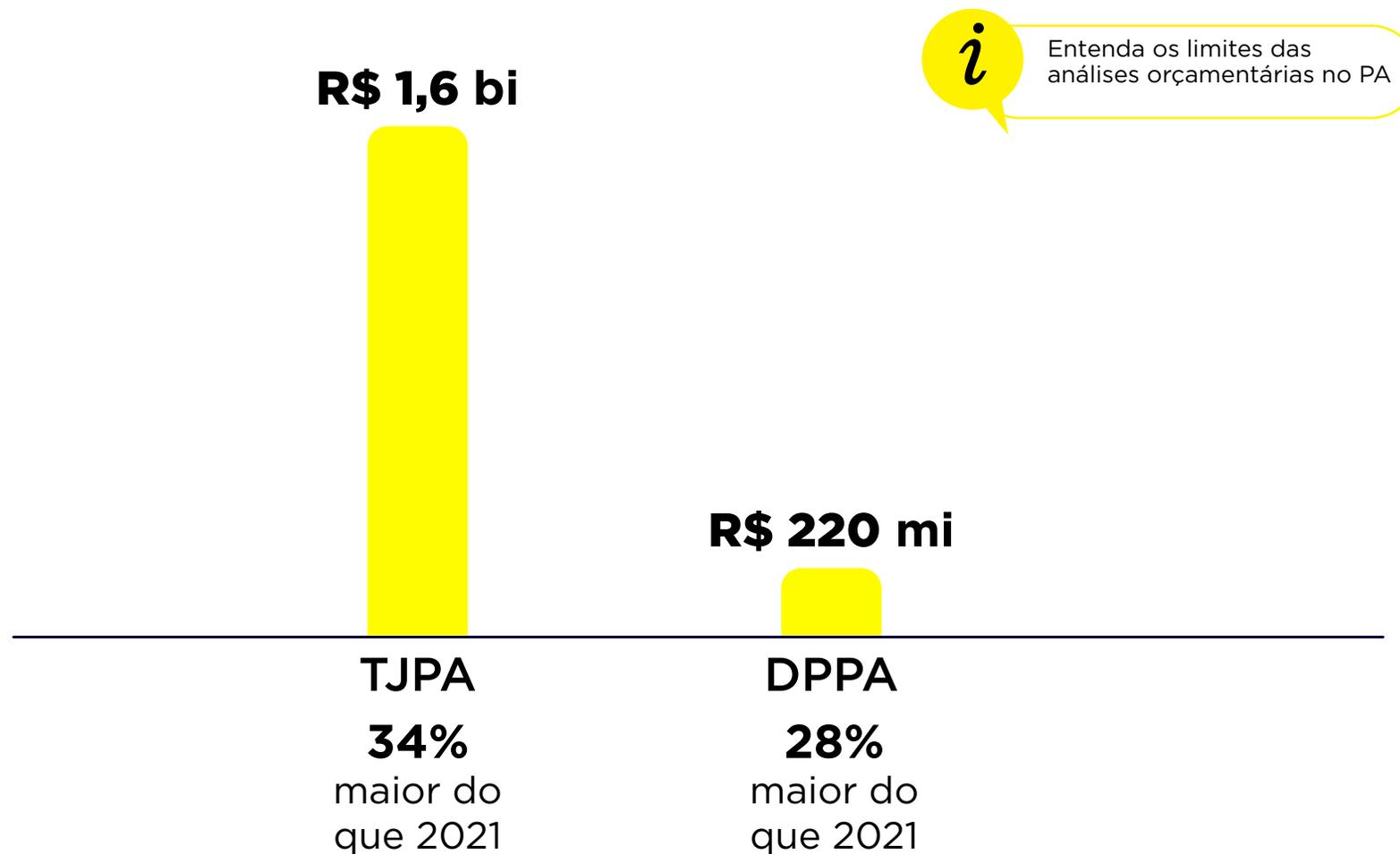


NO ESTADO DO PARÁ,
FORAM ANALISADOS OS
DADOS ORÇAMENTÁRIOS
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
E
DA DEFENSORIA PÚBLICA.

O TJ REPRESENTA 5% DO
ORÇAMENTO DO ESTADO.

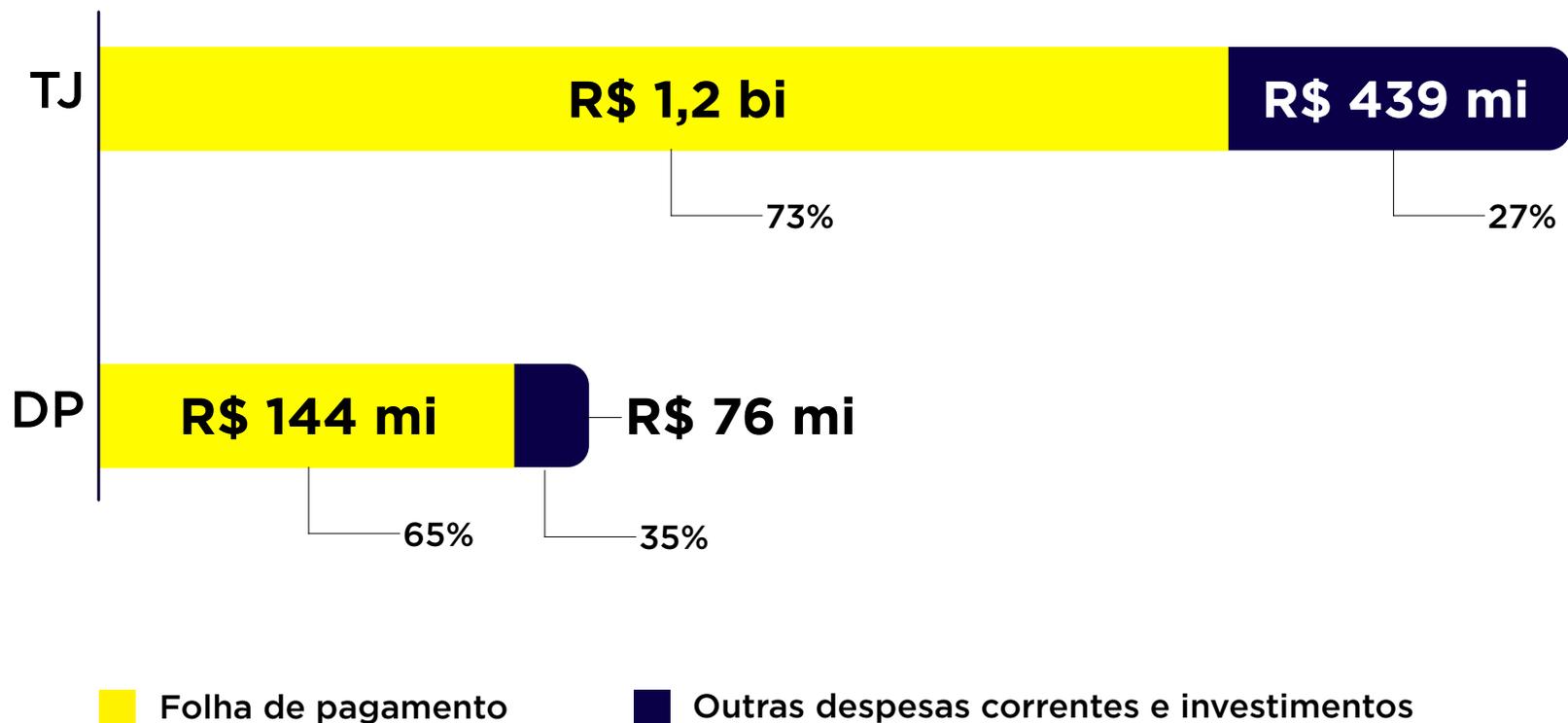
A DP DO PARÁ
REPRESENTA 0,6%.

ORÇAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA EM 2022





FOLHAS DE PAGAMENTO* DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA



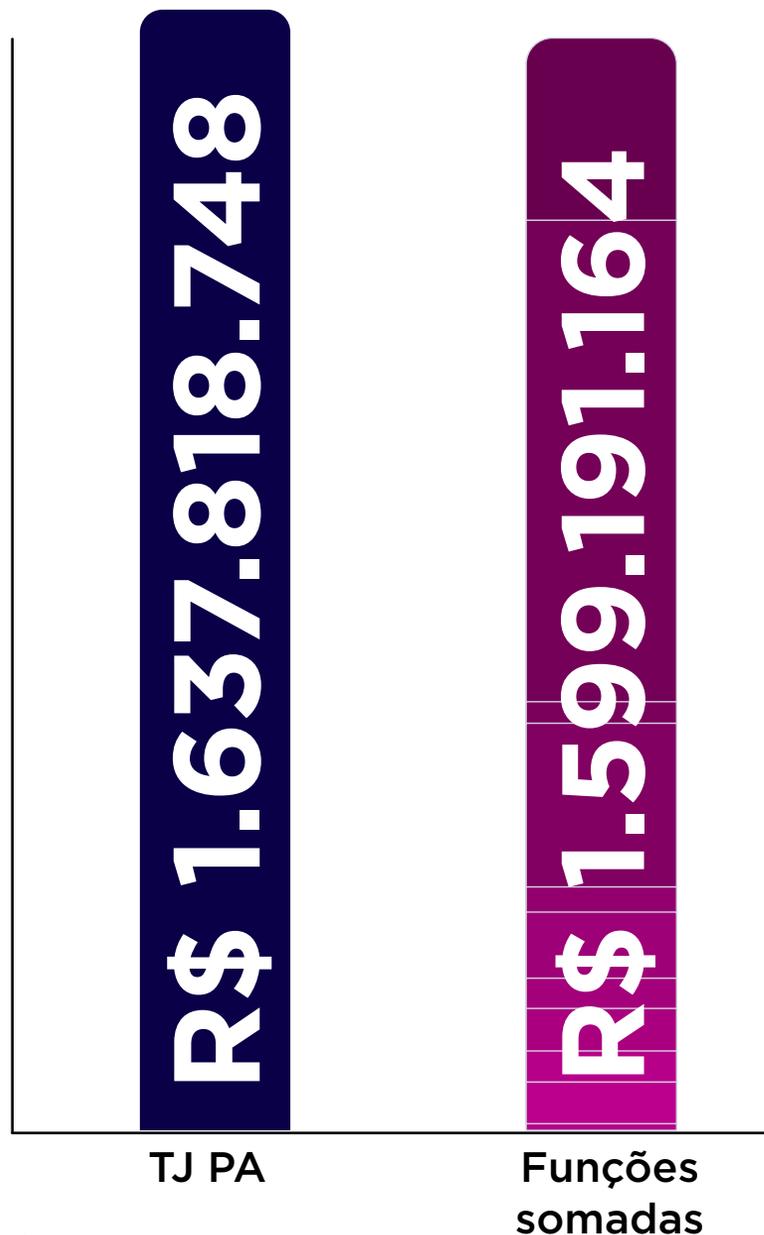
* Despesas com pessoal e encargos sociais



O ORÇAMENTO DO TJ DO PARÁ É SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS SOMADOS DE 11 FUNÇÕES DE INEGÁVEL IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

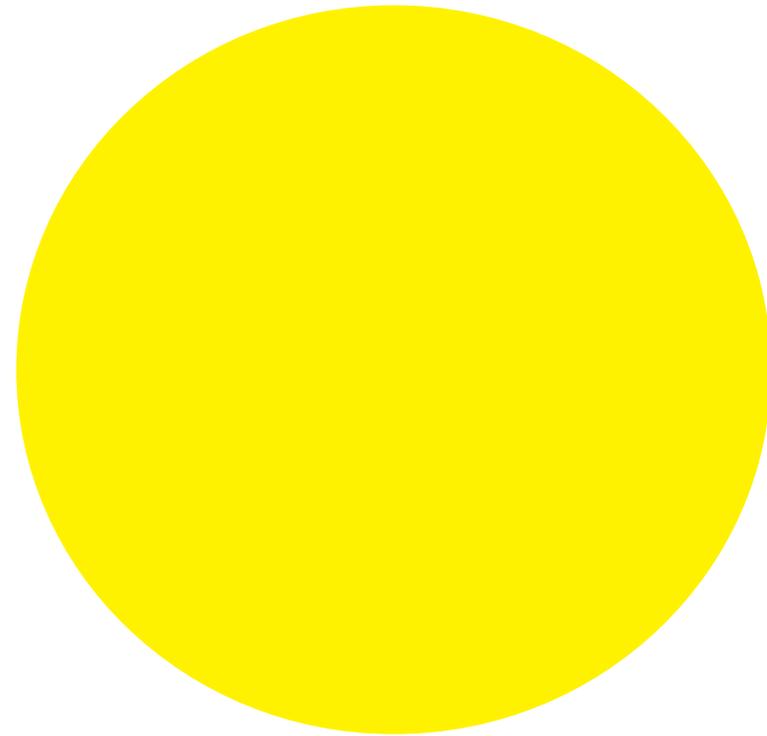
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O JUSTA SELECIONOU 11 FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO ALCANÇAM OS VALORES RECEBIDO PELO TJ PA



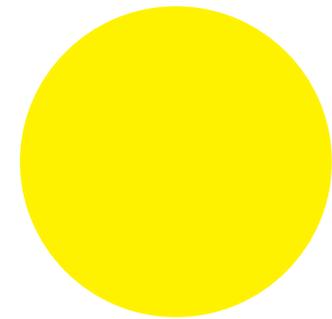
- Agricultura | R\$ 433.407.267
- Cultura | R\$ 358.672.242
- Gestão Ambiental | R\$ 163.505.587
- Desporto e Lazer | R\$ 160.442.485
- Ciência e Tecnologia | R\$ 56.781.623
- Comunicações | 94.189.937
- Habitação | R\$ 86.066.964
- Trabalho | R\$ 61.041.134
- Indústria | R\$ 49.871.592
- Organização Agrária | R\$ 35.108.223
- Energia | R\$ 104.110



O ORÇAMENTO DO
TJPA É **QUATRO VEZES**
MAIOR QUE O
ORÇAMENTO DA
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ



TJPA
R\$ 1,6 bi



UEPA
R\$ 406 mi

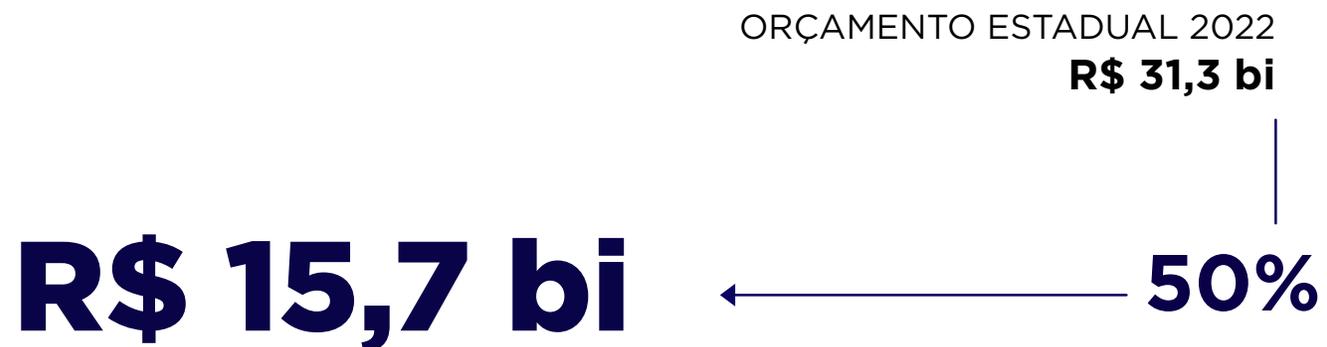


UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | PARÁ

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 50% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.



* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Portal da Transparência do Pará e Portal da Transparência do Tribunal de Justiça.



NO PARÁ, AS
**INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA** (JUDICIÁRIO,
MINISTÉRIO PÚBLICO E
DEFENSORIA PÚBLICA)
**POSSUEM AUTONOMIA
PARA ABRIR OS
PRÓPRIOS CRÉDITOS
ADICIONAIS** SEGUNDO
ART. 6º, V, §2º DA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2022

§ 2º Os créditos suplementares, previstos neste artigo, das dotações orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes, **serão autorizados por ato próprio dos seus titulares.**





**CRÉDITOS
ADICIONAIS NO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA E NA
DEFENSORIA
PÚBLICA DO
PARÁ EM 2022**

EM 2022, **R\$ 230 MILHÕES** FORAM PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJPA FICOU COM **R\$ 213 MILHÕES** E A DEFENSORIA PÚBLICA COM **R\$ 17 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJ	R\$ 1,4 bi	R\$ 213 mi	R\$ 1,6 bi
DP	R\$ 203 mi	R\$ 17 mi	R\$ 220 mi



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS FOLHAS DE PAGAMENTO DO TJ E DA DP DO PARÁ EM 2022

EM 2022, **R\$ 202 MILHÕES** FORAM PARA AS FOLHAS DE PAGAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJPA FICOU COM **R\$ 199 MILHÕES** E A DEFENSORIA PÚBLICA COM **R\$ 3 MILHÕES.**



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJ	R\$ 999 mi	R\$ 199 mi	R\$ 1,2 bi
DP	R\$ 141 mi	R\$ 3 mi	R\$ 144 mi



**OS EXTRAS
RECEBIDOS PELO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
E A DEFENSORIA
PÚBLICA EM CRÉDITOS
ADICIONAIS É MAIOR
DO QUE O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES
FUNÇÕES DE
GOVERNO**





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | PA

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-33%

QUE O PREVISTO NA LOA

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-38%

QUE O PREVISTO NA LOA

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

O VALOR GASTO FOI

-20%

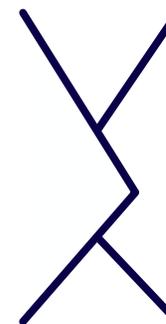
QUE O PREVISTO NA LOA

ENERGIA

O VALOR GASTO FOI

-83%

QUE O PREVISTO NA LOA





JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2022

RONDÔNIA

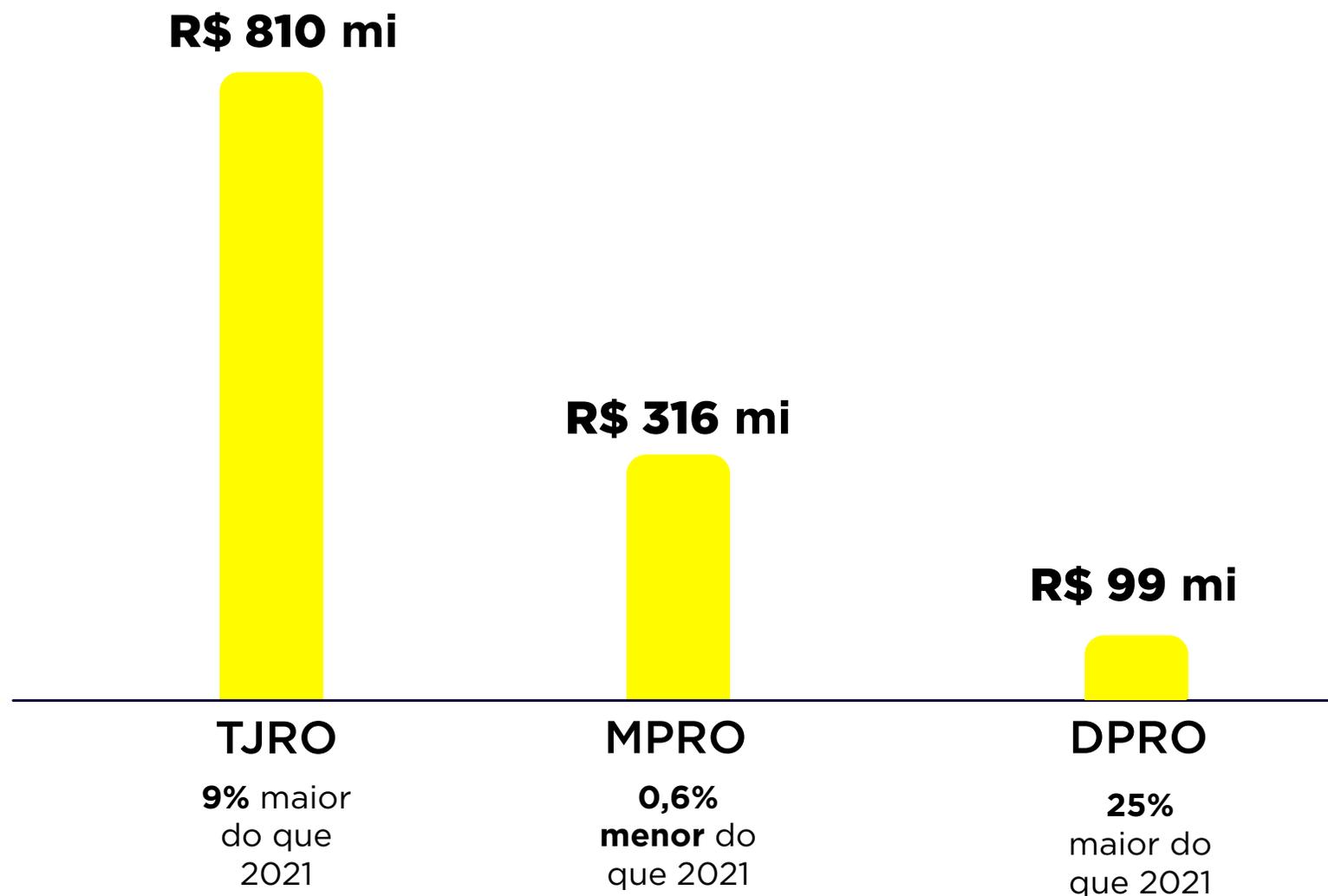


EM 2022, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DE RONDÔNIA
FOI DE **R\$ 11,5
BILHÕES**

19,8% MAIOR QUE O DE
2021

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
7,5% NO MESMO
PERÍODO

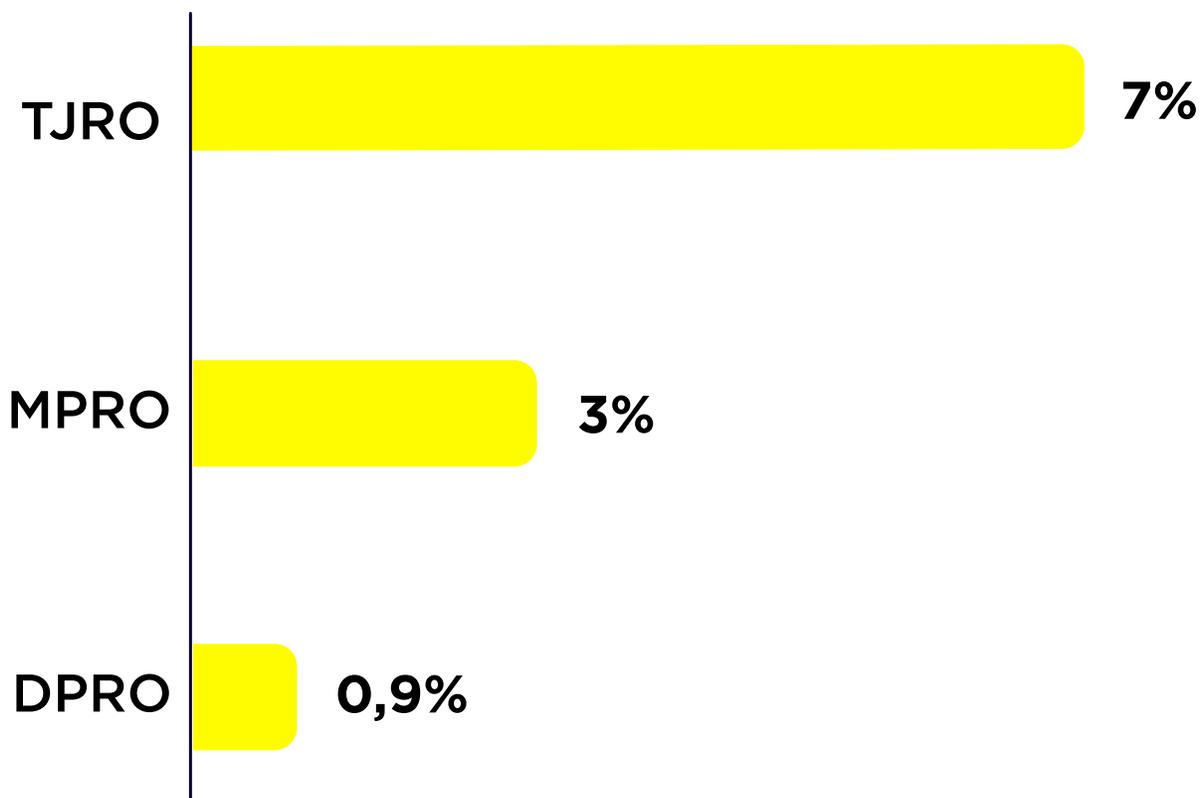
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





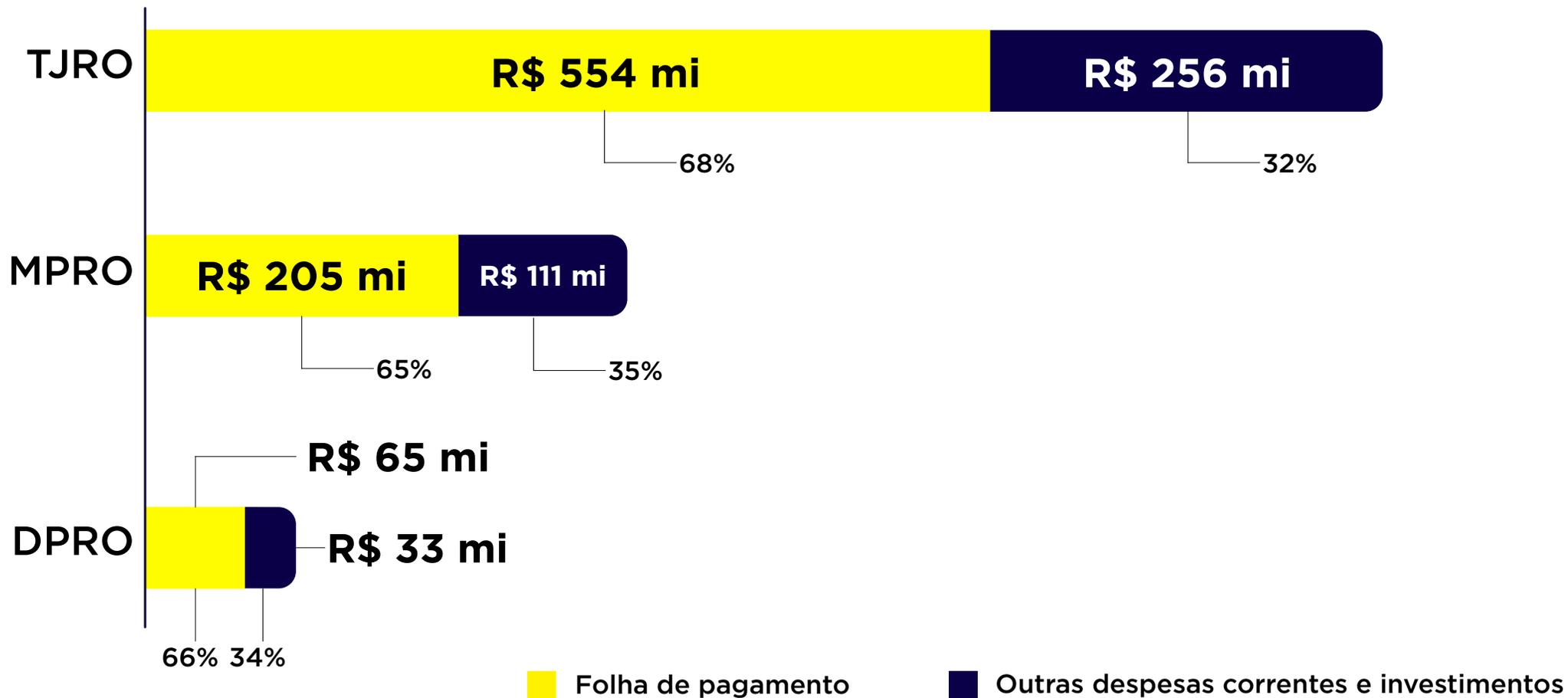
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
10,9% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



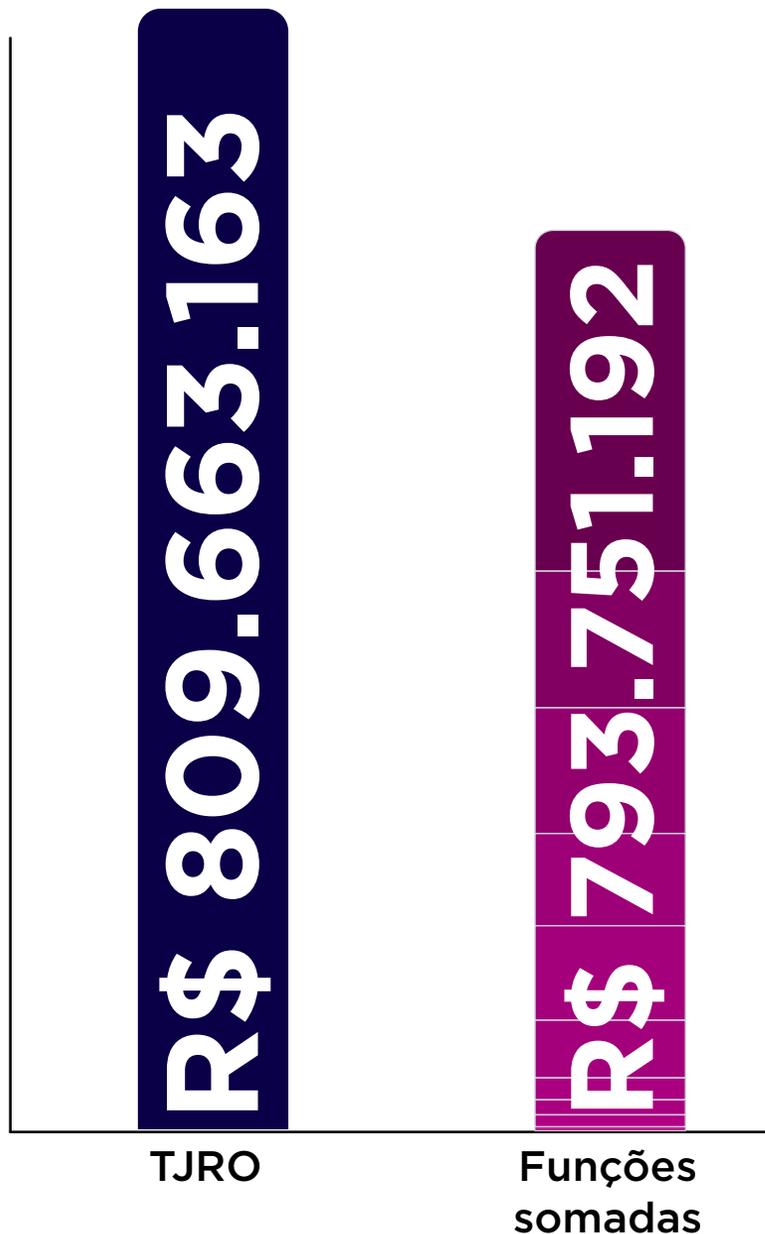
* Despesas com pessoal e encargos sociais



O ORÇAMENTO DO
TJRO É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 11
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

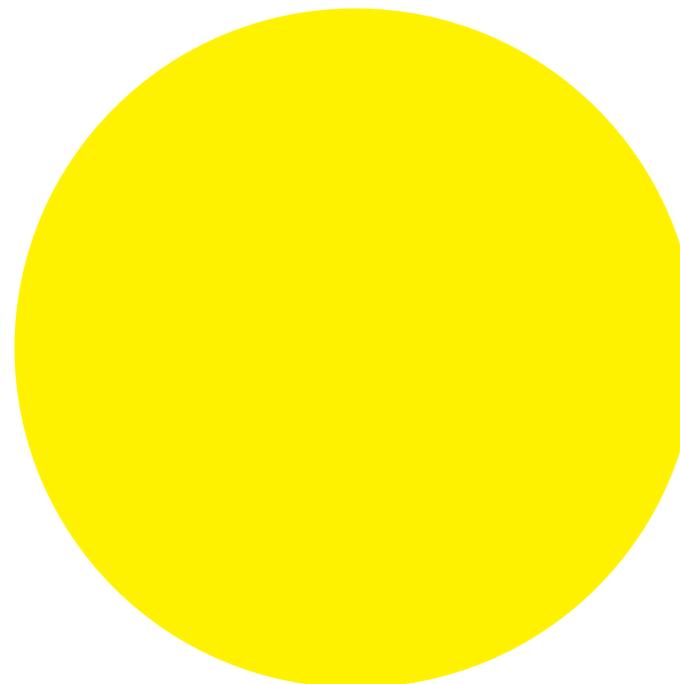
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 11
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJRO



- Indústria | R\$ 2.784.493
- Ciência e Tecnologia | R\$ 9.001.722
- Cultura | R\$ 11.697.215
- Habitação | R\$ 16.242.093
- Desporto e Lazer | R\$ 18.575.783
- Saneamento | R\$ 25.400.333
- Gestão Ambiental | R\$ 71.155.352
- Urbanismo | R\$ 73.095.159
- Assistência Social | R\$ 92.820.305
- Comércio e Serviços | R\$ 104.556.654
- Agricultura | R\$ 368.422.082



O ORÇAMENTO DO
TJRO É QUASE **9 VEZES**
MAIOR DO QUE 7
UNIDADES
ORÇAMENTÁRIAS DA
SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



TJRO
R\$ 810 mi



7 UNIDADES
ORÇAMENTÁRIAS
R\$ 92 mi

Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

R\$ 84.609

Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa

R\$ 84.859

Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

R\$ 1.000.916

Fundo Estadual de Assistência Social

R\$ 14.546.299

Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza

R\$ 18.436.230

Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento

R\$ 26.184.914

Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo

R\$ 31.607.074

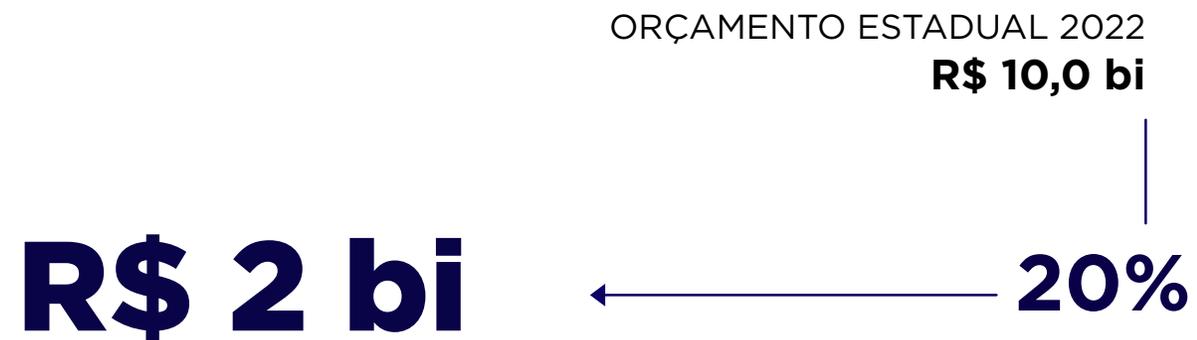


UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | RONDÔNIA

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE **ATÉ 20%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.



* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: LOA do Estado de Rondônia 2022.

**EM RONDÔNIA AS
INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
(JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO
PÚBLICO E DEFENSORIA
PÚBLICA) POSSUEM
AUTONOMIA PARA ABRIR
OS PRÓPRIOS CRÉDITOS
ADICIONAIS SEGUNDO
ART.º8, §1º DA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2022.**

Art. 8º No curso da execução orçamentária fica autorizado o remanejamento de dotações orçamentárias, previstos no inciso III do §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, de uma mesma ação ou de uma ação para outra, de uma mesma categoria econômica e ainda de uma categoria econômica para outra, dentro da mesma unidade orçamentária, até o limite de 20% (vinte por cento) da dotação da Unidade Orçamentária, devendo ser preservada as dotações para execução das despesas decorrentes de Emendas Parlamentares.

§ 1º O **remanejamento** de que trata o caput deste artigo **será realizado através de atos próprios do Chefe do Poder Executivo, dos Presidentes do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral do Ministério Público e do Defensor Geral da Defensoria Pública.**





**CRÉDITOS
ADICIONAIS NAS
INSTITUIÇÕES
DE JUSTIÇA DE
RONDÔNIA EM
2022**

EM 2022, **R\$ 6 MILHÕES** FORAM PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA EM **CRÉDITOS ADICIONAIS**.

O TJRO FICOU COM **R\$ 8 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM **R\$ 2 MILHÕES**.

O MP TEVE UM **CORTE DE R\$ 5 MILHÕES** EM SEU ORÇAMENTO.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJRO	R\$ 802 mi	R\$ 8 mi	R\$ 810 mi
MPRO	R\$ 321 mi	R\$ -5 mi Deixou de gastar	R\$ 316 mi
DPRO	R\$ 96 mi	R\$ 2 mi	R\$ 99 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DE
RONDÔNIA EM
2022

EM 2022, **R\$ 86 MILHÕES** FORAM PARA AS
**FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE
JUSTIÇA** EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJRO FICOU COM **R\$ 75 MILHÕES**, O MPRO
FICOU COM **R\$ 6 MILHÕES** E A DEFENSORIA
COM **R\$ 5 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJRO	R\$ 479 mi	R\$ 75 mi	R\$ 554 mi
MPRO	R\$ 199 mi	R\$ 6 mi	R\$ 205 mi
DPRO	R\$ 60 mi	R\$ 5 mi	R\$ 65 mi



OS CRÉDITOS ADICIONAIS
DISTRIBUÍDOS PELO PELO
SISTEMA DE JUSTIÇA PARA
AS FOLHAS DE
PAGAMENTO SÃO
MAIORES DO QUE A SOMA
DE TODO O ORÇAMENTO
DE IMPORTANTES
FUNÇÕES DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | RO

AS FOLHAS DE
PAGAMENTO DAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA RECEBERAM
MAIS QUE O
DETERMINADO NA
LOA

EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO

LEGISLATIVA

O VALOR GASTO FOI

-3%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-14%

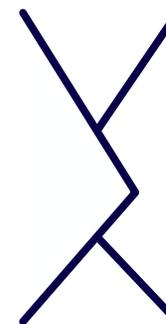
QUE O PREVISTO NA LOA

TRABALHO

O VALOR GASTO FOI

-100%

QUE O PREVISTO NA LOA





JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2022

TOCANTINS

Conheça os
dados de
2021



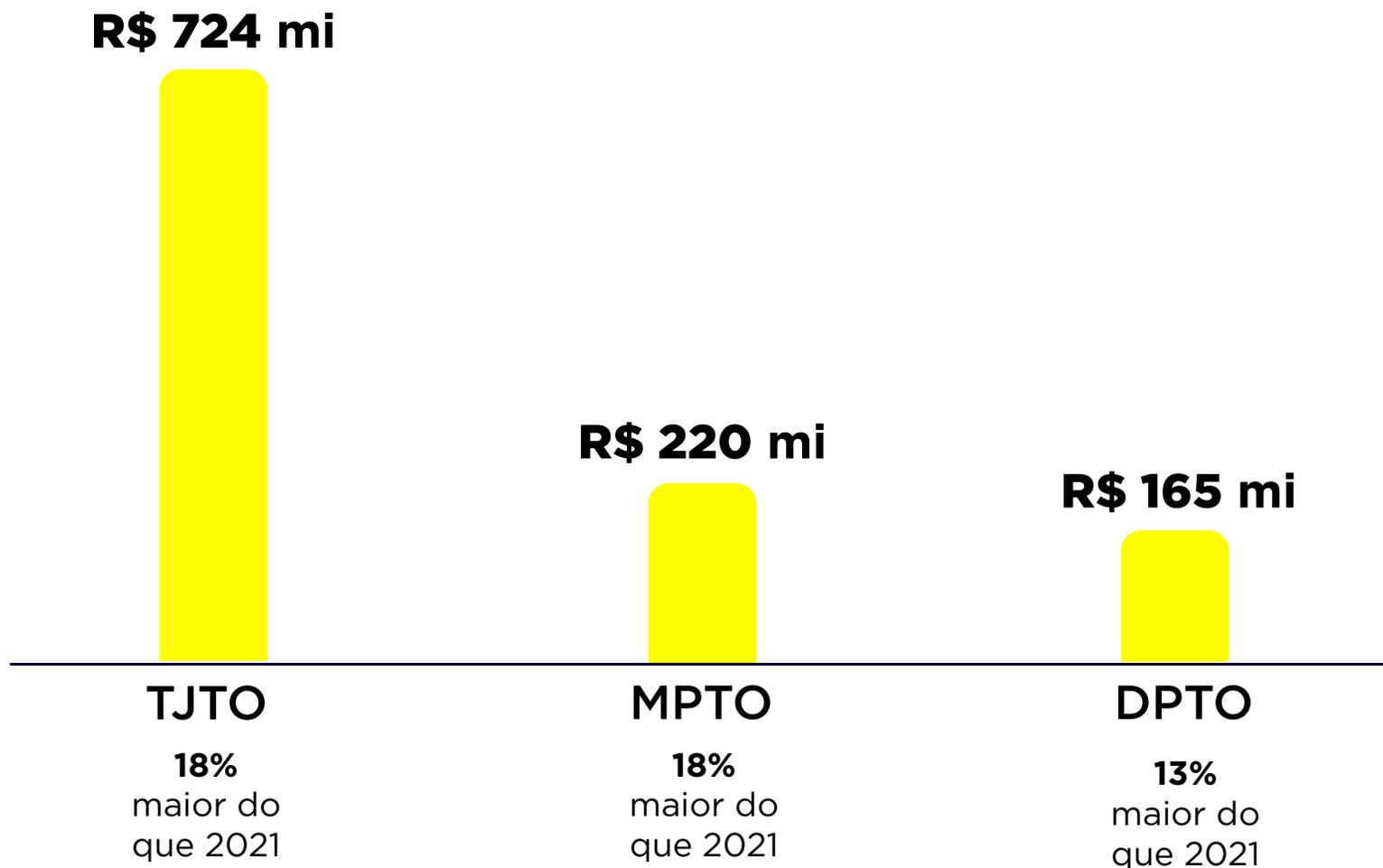


EM 2022, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DO
TOCANTINS FOI DE
R\$ 12,8 BILHÕES

20% MAIOR QUE
O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
17% NO MESMO PERÍODO

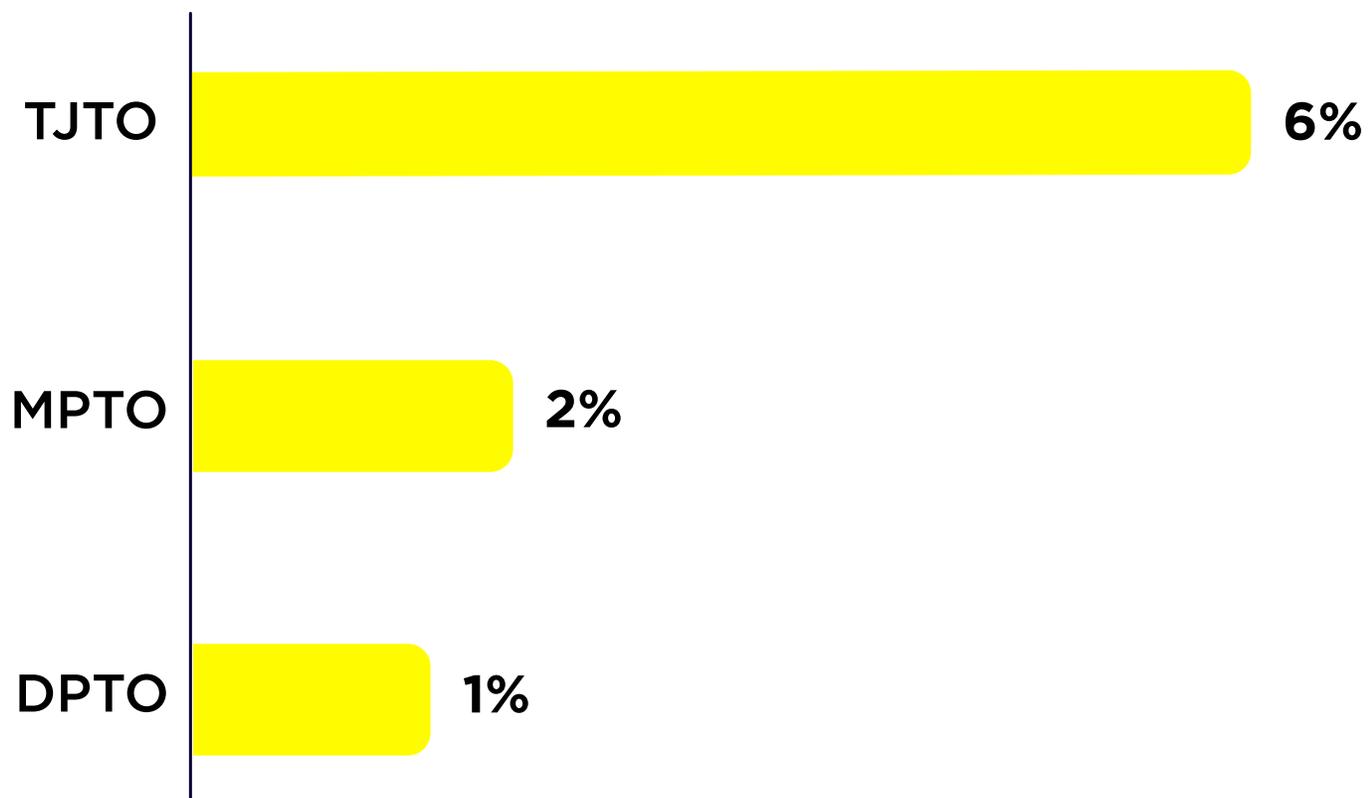
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





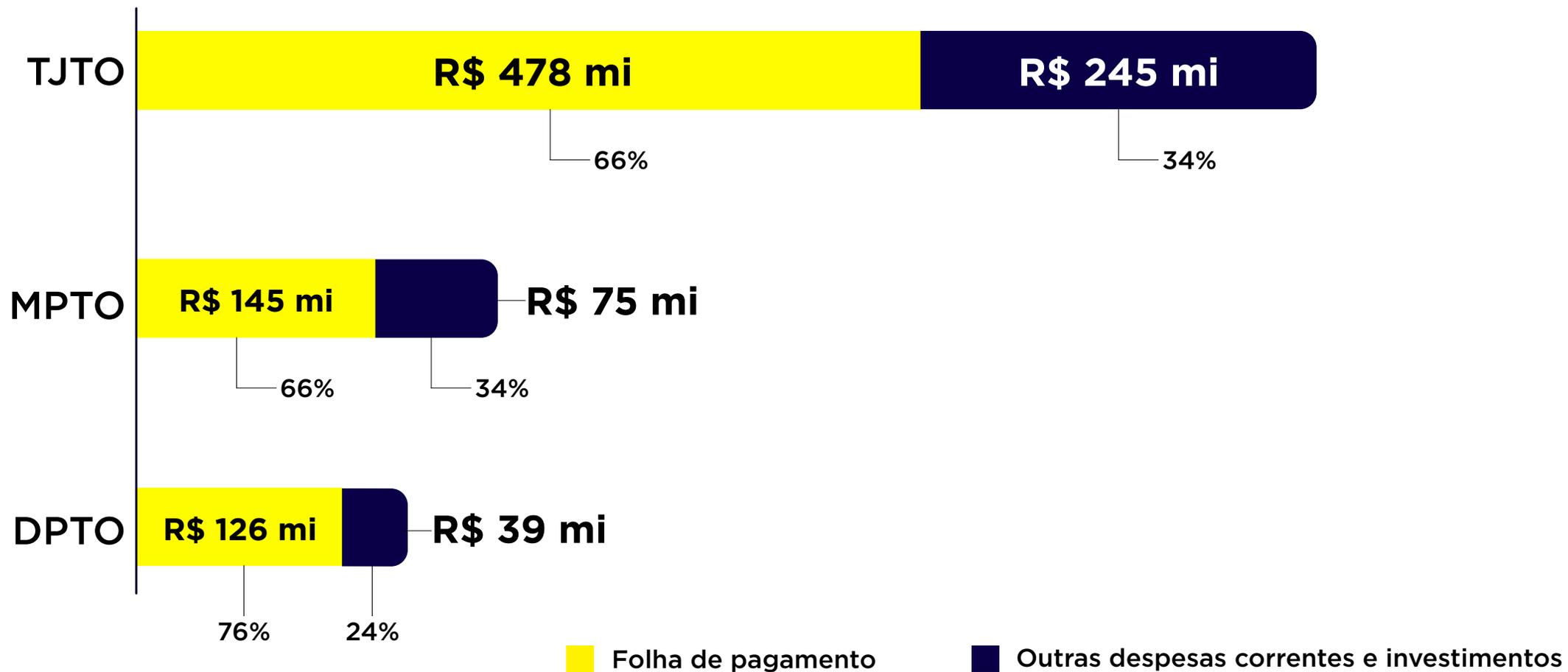
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
9% DO ORÇAMENTO
GERAL DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

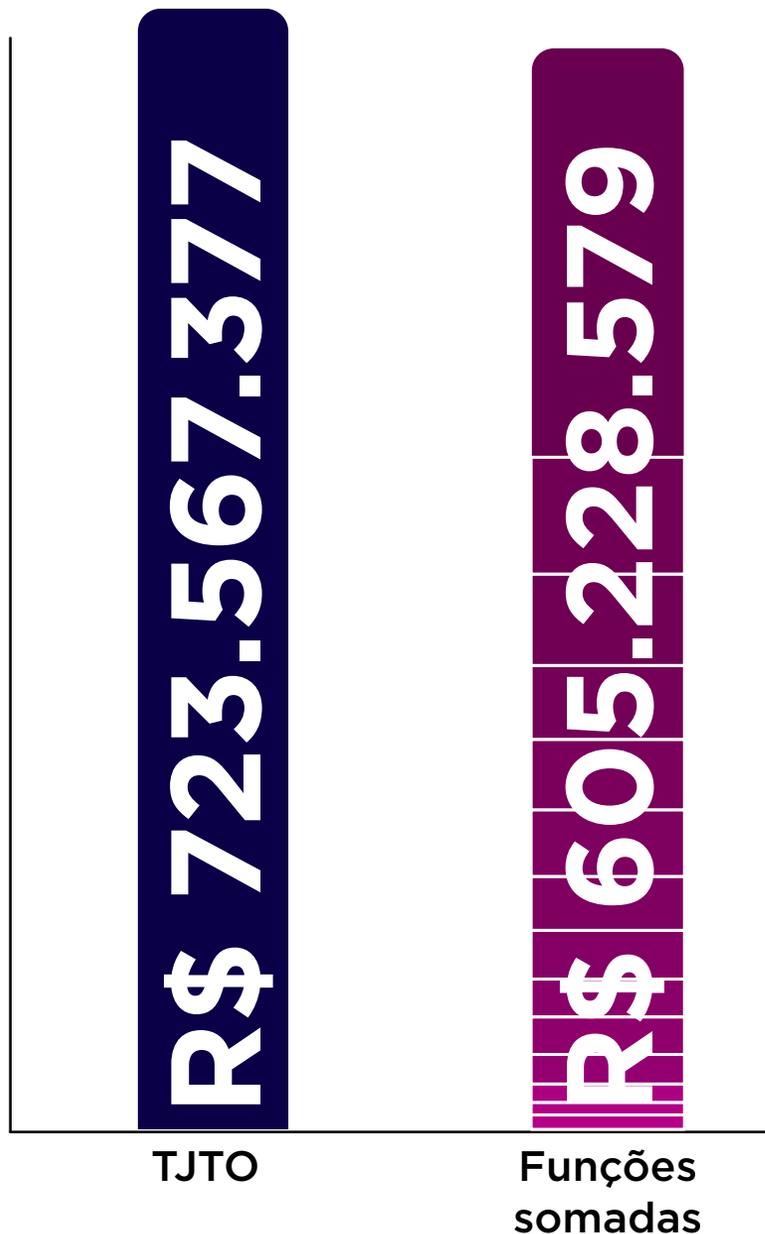
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJTO É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 15
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

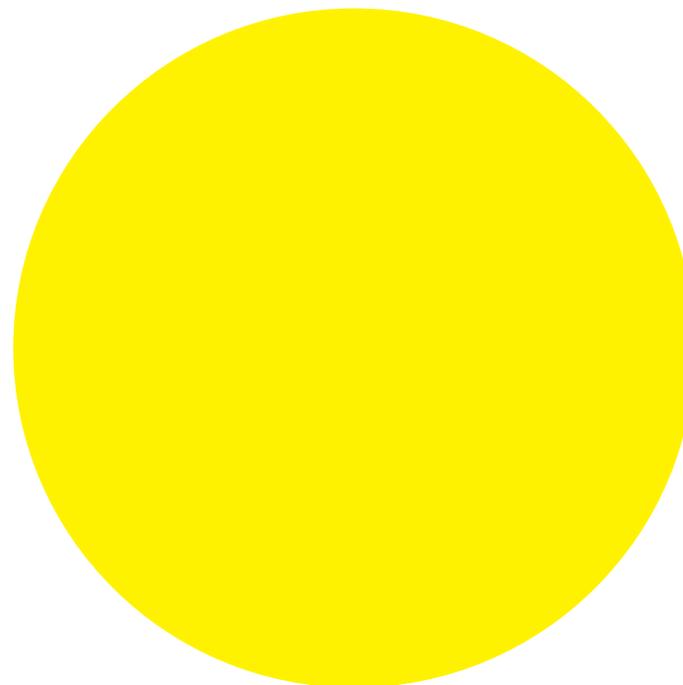
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 15
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJTO



- Agricultura | R\$ 228.717.317
- Gestão ambiental | R\$ 65.044.159
- Assistência Social | R\$ 51.034.209
- Comércio e Serviços | R\$ 41.701.977
- Cultura | R\$ 38.631.200
- Saneamento | R\$ 37.406.755
- Indústria | R\$ 30.600.130
- Trabalho | R\$ 27.251.282
- Desporto e Lazer | R\$ 21.273.010
- Comunicação | R\$ 20.677.865
- Habitação | R\$ 16.732.920
- Urbanismo | R\$ 10.488.149
- Organização Agrária | R\$ 7.619.108
- Ciência e Tecnologia | R\$ 5.708.772
- Energia | R\$ 2.341.725



O ORÇAMENTO DO
TJTO É QUASE
8 VEZES MAIOR DO
QUE O ORÇAMENTO
DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
TOCANTINS



R\$ 724 mi
**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA**



R\$ 93 mi
UNITINS



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | TOCANTINS

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 30% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL 2022
R\$ 11,5 bi

R\$ 3,4 bi ← **30%**



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DE TOCANTINS EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO TOCANTINS
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 134 MILHÕES** EM
CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE
JUSTIÇA.

O TJTO FICOU COM **R\$ 94 MILHÕES**,
A DEFENSORIA COM **R\$ 23 MILHÕES**
E O MPTO FICOU COM **R\$ 17 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS
TJTO	R\$ 630 mi	R\$ 94 mi	R\$ 724 mi
MPTO	R\$ 203 mi	R\$ 17 mi	R\$ 220 mi
DPTO	R\$ 142 mi	R\$ 23 mi	R\$ 165 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO
TOCANTINS EM
2022

EM 2022, O GOVERNO DO TOCANTINS
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 100 MILHÕES** EM
CRÉDITOS ADICIONAIS PARA AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** DO SISTEMA DE JUSTIÇA.

O TJRO FICOU COM **R\$ 67 MILHÕES,**
A DEFENSORIA COM **R\$ 21 MILHÕES**
E O MPRO FICOU COM **R\$ 13 MILHÕES.**



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJTO	R\$ 412 mi	R\$ 67 mi	R\$ 478 mi
MPTO	R\$ 132 mi	R\$ 13 mi	R\$ 145 mi
DPTO	R\$ 105 mi	R\$ 21 mi	R\$ 126 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | TO

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA RECEBERAM
MAIS QUE O
DETERMINADO NA
LOA

EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-49%

QUE O PREVISTO NA LOA

URBANISMO

O VALOR GASTO FOI

-73%

QUE O PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-52%

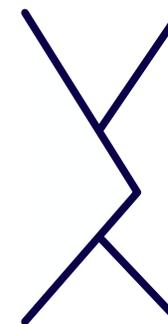
QUE O PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-48%

QUE O PREVISTO NA LOA





Para coletarmos os dados analisados, utilizamos as ferramentas disponíveis de **transparência ativa e passiva**.

Transparência ativa: acessamos os dados nos Portais da Transparência dos estados

Transparência passiva: enviamos pedido de acesso à informação, solicitando os dados que não estão disponíveis nos Portais da Transparência dos estados

Acesso aos dados em 5 estados

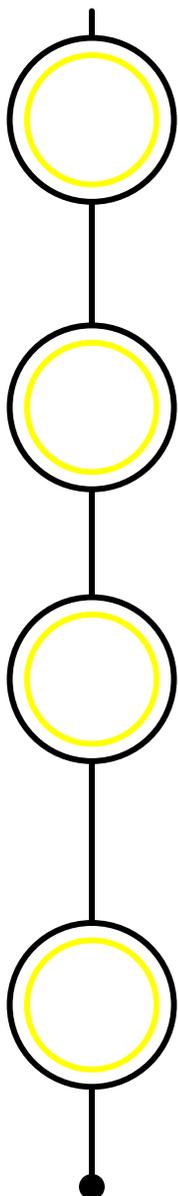
Amapá | dados solicitados via Lei de Acesso à Informação, mas o estado não disponibilizou as bases de dados completas em formato de planilha.

Amazonas | dados solicitados via Lei de Acesso à Informação, mas o estado não disponibilizou a planilha completa de dados que alimenta a consulta de despesas de seu Portal da Transparência.

Mato Grosso | dados solicitados via Lei de Acesso à Informação, mas estado não respondeu ao pedido de informações.

Pará | dados da defensoria pública, obtidos pelo Portal da Transparência do Estado do Pará e dados do Tribunal de Justiça obtidos pelo Portal da Transparência do TJPA, após resposta ao pedido de acesso à informação solicitado. O Ministério Público não disponibilizou a planilha de dados completa que alimenta a consulta de despesas de seu Portal da Transparência, o que impossibilitou a realização do monitoramento orçamentário anualmente realizado pelo JUSTA.

Roraima | dados solicitados via Lei de Acesso à Informação, mas o estado não disponibilizou as bases de dados completas em formato de planilha.



Os órgãos do Poder Executivo são, em regra, os responsáveis pelas políticas públicas. Assim, consomem a maior parte do orçamento.

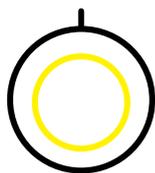
Conheça as etapas de aprovação dos orçamentos estaduais 

Cabe ao Executivo elaborar as propostas de distribuição de recursos públicos. E cabe à Assembleia Legislativa debater, alterar e aprovar as propostas orçamentárias apresentadas pelo governo.

Para monitorar o comportamento dos orçamentos dos Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas em 5 dos 9 estados da Amazônia Legal, analisamos os dados extraídos dos Portais de Transparência, Balanços Gerais e Leis Orçamentárias Anuais (2021-2022).

Foram selecionadas despesas vinculadas às rubricas dos orçamentos das instituições analisadas.

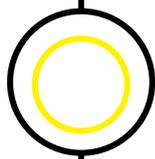
 Conheça as rubricas analisadas



O **cálculo das despesas com folha de pagamento** das três instituições é realizado a partir da **análise das despesas de cada instituição**, planilhados a partir das informações obtidas e validadas com os relatórios disponibilizados pela instituição.

Para a elaboração deste relatório, **é aplicada a regra de arredondamento decimal** para valores na casa dos milhões. Para valores na casa dos bilhões, o arredondamento não é feito e a vírgula é mantida, apresentando sua primeira casa decimal.

A regra de arredondamento decimal é aplicada nos valores somados (por exemplo, R\$ 543,4 vira R\$ 534) e no valor totalizado (por exemplo, R\$ 534,8 vira R\$ 535), razão pela qual as somas de determinados valores pontualmente aparentam não bater.

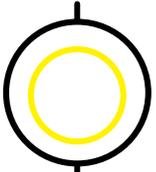


Para a composição dos cálculos, **a análise exclui a modalidade de aplicação 91**, que representa o pagamento entre membros do governo.

Para o caso dos estados, a principal despesa nessa modalidade é o pagamento do governo para o regime próprio de previdência. Em sua composição, a principal rubrica se refere à cobertura de insuficiência financeira (déficit previdenciário).

Optamos por excluir essa modalidade com o objetivo de analisar as despesas de forma similar, considerando que a insuficiência financeira não é comum a todos os estados pesquisados.





Sua manutenção poderia gerar assimetrias analíticas, inflando artificialmente os orçamentos das instituições públicas analisadas.

Como desvantagem dessa exclusão, temos que a parcela referente à contribuição patronal corrente, ou seja, a parcela que o Estado arca com o servidor ativo para a previdência estadual não é contabilizada como custo das instituições e das políticas públicas analisadas.

Optamos também por excluir as despesas com as aposentadorias e com as pensões, representadas pelos elementos de despesas 1 e 3, respectivamente.



ACRE

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO*	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	203
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	304
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE	305

MARANHÃO

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	04000
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	07000
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO	08000

PARÁ

INSTITUIÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	04101
	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	04102
	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO TJPA-FRC	04103
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	30

**RONDÔNIA**

INSTITUIÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	030001
	FUNDO DE INFORMATIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	030011
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA	290001
	FUNDO DE DESENV. INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA	290012
	FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS	290013
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	300001
	FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	300011

TOCANTINS

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	05000
	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS	06000
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS	07000
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS	08000
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS	49000
	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS	50000



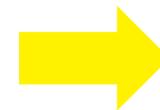
COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO ESTADUAL



Cabe ao **Poder Executivo** elaborar as propostas de distribuição de recursos públicos



Uma das mais importantes atribuições das **Assembleias Legislativas** é debater, alterar e aprovar as propostas orçamentárias Estaduais apresentadas pelo Governo



Isso acontece em **3 etapas**

AS 3 ETAPAS DO ORÇAMENTO ESTADUAL



PLANEJAR
4 anos

PPA

O **Plano Plurianual** é formulado no primeiro ano de governo. Ele concretiza o planejamento para os 4 anos seguintes e estabelece objetivos e metas que o Executivo se compromete a implementar neste período. Nele são criados programas e ações e apontados indicadores para as políticas públicas em todas as áreas de funcionamento do Estado. É com base nesse plano que os orçamentos anuais são elaborados.

ORIENTAR
Anual

LDO

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** é aprovada anualmente, antes do período de tramitação da LOA. A LDO funciona como uma ponte entre o PPA e a LOA. Ao estabelecer quais partes do PPA serão priorizadas no ano seguinte, a LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

RECURSOS, METAS E OBJETIVOS
Anual

LOA

A proposta de **Lei Orçamentária Anual** é apresentada pelo governo até o final de setembro de cada ano, deve ser elaborada de acordo com as orientações da LDO e contemplar as metas do PPA. Na LOA há o detalhamento dos gastos previstos para o ano seguinte. É assim que são definidas as verbas destinadas às políticas públicas, como saúde, justiça, educação, cultura, segurança pública e todas as demais políticas que permitem o funcionamento do Estado.

EMENDAS PARLAMENTARES

As deputadas e deputados podem **alterar o projeto de lei orçamentária do governo**, apresentando as chamadas emendas parlamentares. São realizados debates sobre a LOA do próximo ano e a Lei Orçamentária Anual do ano seguinte será publicada com as emendas debatidas e priorizadas pelo Legislativo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TEM ATÉ 31 DE DEZEMBRO PARA APROVAR A LOA DO ANO QUE VEM.



SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

Informações obtidas por meio de pedido de acesso à informação SEFAZ/AC (LAI/AC)

Informações obtidas por meio de pedido de acesso à informação SEPLAN/MA (LAI/MA)

Informações obtidas por meio de pedido de acesso à informação SEPOG/RO (LAI/RO)

Informações obtidas por meio de pedido de acesso à informação SEFAZ/TO (LAI/TO)

Leis Orçamentárias Anuais 2022 | AC | MA | PA | RO | TO

PPA 2020-2023 | AC | MA | PA | RO | TO

Portal da Transparência do Governo do Estado do Pará.

Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Pará.



DIRETORIA

Cristiano Avila Maronna

Luciana Zaffalon

Poliana Ferreira

Riccardo Cappi

DIRETORIA EXECUTIVA

Luciana Zaffalon

COORDENAÇÃO GERAL

Vanessa de Jesus

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Érika Lula de Medeiros

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Paula Ballesteros

ADVOCACY

Felippe Angeli

COMUNICAÇÃO

Sofia Fromer

Maria Eduarda Brommonschenkel

EQUIPE

PESQUISA EM ORÇAMENTO

Jean Peres

Ana Paula Pegoraro

Daniel Cardoso

PESQUISA EM JUSTIÇA E DESIGUALDADES

Érika Lula de Medeiros

Anne Brito

Ingrid Martins

Natália dos Santos

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Caroline Oliveira

The logo consists of a stylized letter 'J' on the left, followed by the letters 'U', 'S', 'T', and 'A' in a sans-serif font. The 'J' is filled with yellow and has a black outline, with a black circle in the center. The other letters are black with a white outline.